

ANAIS DA IV SEMANA DE SERVIÇO SOCIAL DA FRT

26 a 28 de maio de 2021

FORTALEZA-CE

ISSN 2764-4588

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Bibliotecária Aryanna da Costa Amorim Liberato CRB-3/1406

S471

Semana de Serviço Social da FRT
(4 . : 2021 : Fortaleza, CE)
Anais [recurso eletrônico] / 4ª Semana de Serviço Social,
26 a 28 de maio em Fortaleza, CE. –
Fortaleza : FRT, 2021.

Modo de acesso: Internet

ISSN 2764-4588

1. Serviço Social 2. Atuação do Assistente Social
3. Serviço Social – Oncologia I. Título

360

COMISSÃO ORGANIZADORA

Ma. Joana Darc Matias do Prado Teles (Presidente)

Ma. Daniele Ribeiro Alves (Docente)

Ma. Maria Conceição Reis Silva (Docente)

Ma. Narah Cristina Maia Teixeira (Discente)

Ma. Sâmea Moreira Mesquita Alves (Discente)

AVALIADORES DAS APRESENTAÇÕES ORAIS DOS TRABALHOS

Ma. Daniele Ribeiro Alves (Docente)

Ma. Lucileila de Sousa Cardoso Almeida (Docente)

Ma. Maria Conceição Reis Silva (Docente)

Ma. Sâmea Moreira Mesquita Alves (Docente)

Prefácio

A Faculdade Rodolfo Teófilo (FRT) mantida pelo Instituto do Câncer do Ceará (ICC), tem como missão *formar profissionais éticos, tecnicamente competentes, politicamente responsáveis e comprometidos com o desenvolvimento sustentável, que contribuam para a melhoria dos serviços de saúde e da gestão das empresas e instituições locais, regionais e nacionais*. Esse compromisso ainda se expressa na integração da FRT com a comunidade, por meio da ampliação da oferta de cursos, e da realização de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão, que oferecem oportunidades de desenvolvimento socioeconômico, artístico, cultural, socioambiental, científico e tecnológico.

A FRT iniciou as suas atividades acadêmicas em 2018 e, para tornar sua missão factível, cumpre o seu papel de participação na formação de profissionais competentes, comprometidos com as demandas sociais e capazes de, por meio de uma inserção comunitária, contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

Os princípios e objetivos da FRT articulam-se com o cenário de transformações ocasionadas pela emergência de um novo momento histórico, caracterizado por uma evolução rápida e contínua da sociedade moderna, especialmente no que se refere ao desenvolvimento das tecnologias, das novas exigências de qualificação profissional, dos novos padrões de organização da educação e, em especial, da exigência do compromisso social das instituições com a formação de quadros profissionais qualificados para atuarem em um mercado cada vez mais competitivo e globalizado.

Aliado aos objetivos da FRT, o Curso de Serviço Social promoveu a **I Encontro Internacional e IV Semana de Serviço Social da Faculdade Rodolfo Teófilo**, realizado no período de 26 a 28 de maio de 2021. O evento teve como tema **“Pandemia Covid-19 e Serviço Social: pautas globais”**.

A **I Encontro Internacional e IV Semana de Serviço Social da Faculdade Rodolfo Teófilo** teve como objetivo proporcionar discussão a discentes, docentes e profissionais sobre temáticas emergentes no cenário atual, visando o fortalecimento do compromisso ético-político profissional e o engajamento nas lutas voltadas à defesa e à afirmação dos direitos e das políticas sociais públicas brasileiras.

Profa. Ma. Joana Darc Matias do Prado Teles

Coordenadora do Curso de Serviço Social da Faculdade Rodolfo Teófilo

Sumário

EIXO TEMÁTICO: SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
SUORTE FAMILIAR E TRATAMENTO ONCOLÓGICO: UMA ABORDAGEM PELO OLHAR DO ASSISTENTE SOCIAL.....	7
O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PANDEMIA: NOVA CONJUNTURA, VELHOS PROBLEMAS.....	9
SERVIÇO SOCIAL E PANDEMIA: INTERVENÇÃO PROFISSIONAL EM ABANDONO DO TRATAMENTO DE RADIOTERAPIA.....	11
SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO PANDÊMICO: REFLEXÕES SOBRE O ATENDIMENTO AOS PACIENTES INTERNADOS.....	13
O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL EM UM HOSPITAL ONCOLÓGICO NA PANDEMIA.....	15
SERVIÇO SOCIAL, PANDEMIA E DESAFIOS PROFISSIONAIS: DESDOBRAMENTOS REFLEXIVOS PARA A CATEGORIA.....	17
EIXO TEMÁTICO: MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL.....	19
INTERVENÇÃO SOCIAL NA ONCOLOGIA: O USO DA TECNOLOGIA DURANTE A PANDEMIA COVID-19.....	19
SERVIÇO SOCIAL EM TEMPO DE PANDEMIA: DISCUTINDO O ACOLHIMENTO AOS PACIENTES ONCOLÓGICOS.....	21
A PESSOA IDOSA NA ERA DIGITAL.....	22
GESTÃO DO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM FORTALEZ A: DESAFIOS DA PRÁTICA EM PERÍODO DE PANDEMIA.....	23
QUESTÃO SOCIAL E JUVENTUDES PERIFÉRICAS: POESIA MARGINAL COMO LEITURA DA REALIDADE.....	24
A ASSESSORIA DO SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTO SOCIAL DA FBB.....	26
EIXO TEMÁTICO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL.....	28
OLHA DE ONDE EU SAÍ”: JUVENTUDES E EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL.....	28
PANDEMIA E EVASÃO ESCOLAR: OS DESAFIOS PARA O ENSINO MÉDIO PÚBLICO NA ESCOLA EEMTI M. J. S. F. G. EM FORTALEZA – CEARÁ.....	30
SISTEMA EDUCACIONAL NAS PENITENCIÁRIAS CEARENSES.....	31
UM DEBATE ACERCA DA VELHICE INSTITUCIONALIZADA.....	32
AUTISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS: REFLETINDO O CONTEXTO DO CUIDAR DE MÃES SOLOS.....	33

AÇÕES GOVERNAMENTAIS PARA REFUGIADOS EM FORTALEZA-CE.....	34
EIXO TEMÁTICO: GÊNERO, RAÇA/ETNIA, GERAÇÕES E SEXUALIDADE.....	36
O UNIVERSO FUJOSHI, ESPAÇO DE LIBERDADE DA SEXUALIDADE, PRECONCEITO E ACEITAÇÃO FEMININA NO MUNDO BOY LOVE.....	36
RELAÇÕES EXPRESSAS NO ÂMBITO DO TRABALHO DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS RESIDENTES DA SABIAGUABA.....	38
GÊNERO E VELHICE NO CONTEXTO FAMILIAR.....	39
SERVIÇO SOCIAL E OS IMPACTOS DO ISOLAMENTO SOCIAL PARA A TERCEIRA IDADE.....	40
PANDEMIAS E GÊNERO: IMPACTOS SOCIAIS DA PANDEMIA DA COVID-19 EM MULHERES COM HIV.....	42
INSTAGRAM E ANTI-FEMINISMO: A NEGAÇÃO DOS FEMINISMOS POR PARTE DE MENINAS ADOLESCENTES.....	44
(DES)CONSTRUÇÃO DA MATERNIDADE: VIVÊNCIAS PROCESSO ADOTIVO NO “ABRIGO TIA JÚLIA”.....	45
PRECONCEITO CONTRA A MULHER: ORIGENS DESDOBRAMENTOS.....	46
RESUMOS EXPANDIDOS.....	47
A LEI 10.639/03 E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DE UMA IES PRIVADA EM FORTALEZA-CE.....	47
A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E AS INTERFACES EXISTENTES COM A SAÚDE EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID-19.....	52
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: BREVES REFLEXÕES SOBRE FORMAÇÃO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL.....	56
INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, VULNERABILIDADE SOCIAL E DROGADICÇÃO: UM OLHAR SOBRE A EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO MOVIMENTO DE SAÚDE MENTAL E COMUNITÁRIA DE FORTALEZA-CE.....	59
INTENSIFICAÇÃO DO DESEMPREGO E DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO CONTEXTO DA PANDEMIA.....	64

EIXO TEMÁTICO: SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

SUPORTE FAMILIAR E TRATAMENTO ONCOLÓGICO: UMA ABORDAGEM PELO OLHAR DO ASSISTENTE SOCIAL

Ana Beatriz Araújo Vieira¹, Esp.Anelysse Barbosa Raulino²

¹ Autor principal Instituto do Câncer do Ceará

² Co-autoria: Docente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

RESUMO

Introdução: O câncer, como uma das doenças que mais ascende no país, ganhou destaque e gerou preocupação diante do cenário brasileiro ocasionado pela Pandemia Covid-19. Deste modo, com seu avanço, por vezes imperceptível, atrelado ao distanciamento social e dificuldade de acesso aos serviços públicos de saúde, o diagnóstico oncológico tornou-se, mais desafiador para o usuário e, conseqüentemente, para os familiares que compõe sua rede de apoio. **Objetivo:** Analisar a relação do diagnóstico e tratamento do câncer diante do Covid19, apontando a importância dos vínculos familiares, sob a ótica do profissional de Serviço Social. **Métodos:** Abordagem qualitativa, de estudo descritivo e bibliográfico, realizado a partir das observações e experiências de trabalho do assistente social em uma Unidade Oncológica Terciária, realizado no período de março de 2020 até maio de 2021. **Discussões e Resultados:** O câncer é uma doença cercada de muitos estigmas e quando diagnosticada é recebida por alguns usuários como uma “sentença de morte” (CARDOSO; COSTA, 2020). Como citado anteriormente, diversos desafios são postos para este usuário, que em alguns casos, já se encontra bastante fragilizado, tais como: o traslado de casa ao Hospital (por exemplo: o tratamento Radioterápico que ocorre diariamente), os valores gastos com alimentação, medicação, itens de higiene pessoal e o desgaste físico e emocional que também estão embutidos neste processo. Com o atual contexto de Pandemia Covid-19, esses obstáculos se intensificaram, dificultando o acesso aos transportes intermunicipais, além do medo do adoecimento vivenciado por familiares e pelos usuários. As questões apresentadas acabaram por adiar a descoberta do diagnóstico oncológico ou atrasar cirurgias eletivas e tratamentos, o que pode ocasionar o avanço da doença. Vale salientar que o processo de cuidado do paciente oncológico requer grande atenção, a qual é independente do contexto de pandemia, haja vista que, algumas terapêuticas como a quimioterapia, tendem a ser mais agressivas, acarretando momentos de dependência física e/ou psíquica (BLANC; SILVEIRA e PINTO, 2016). A importância da família nesse ciclo viabiliza um cuidado mais eficaz e maior adesão ao tratamento oncológico, no que concerne ao acompanhamento, tomada de decisões. Além disso, a família consegue efetivar atividades burocráticas externas ao Hospital, tais como a aquisição de bolsas de colostomia, de benefícios previdenciários, assistenciais e questões judiciais, que dependendo do quadro clínico do usuário, sua realização não seria possível. **Considerações Finais:** Para concluir, é essencial apontar o trabalho e intervenção do Serviço Social no acompanhamento destes, visto que, a viabilização e disseminação

dos direitos do paciente oncológico podem influir diretamente na permanência do usuário no tratamento. Bem como, na orientação e acompanhamento familiar com intuito de viabilizar a fragilidade e vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Câncer. Família. Serviço Social.

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PANDEMIA: NOVA CONJUNTURA, VELHOS PROBLEMAS

Brena Kécia Sales Guedes¹ e Marinelsa Nunes de Sousa Silva²

1 Autor principal : Universidade Estadual do ceará

2 Co-autora: UniFAMETRO

RESUMO

Introdução: A pandemia da covid-19 que perdura em nossa contemporaneidade há mais de um ano, nos impõe desafios diários, sobretudo, em nossa prática profissional enquanto assistentes sociais. Embora, a profissão seja fortalecida por seu projeto ético-político, o cotidiano profissional evidencia velhas problemáticas, no que concerne à prática do assistente social na política de saúde, especialmente, quando se visualiza o comandado do país a cargo de um governo ultraneoliberal, que nega a existência da doença e segue deteriorando as já então fragilizadas políticas públicas existentes no Brasil. **Objetivos:** Ao destacarmos a política de saúde, a qual tem sido o centro das discussões na atual conjuntura, e a atuação do assistente social nesta, temos como objetivo deste presente resumo colocar em pauta a experiência das pesquisadoras, enquanto assistentes sociais trabalhadoras da saúde, no intuito de levantar reflexões acerca da reafirmação de nossas competências e atribuições no âmbito desta política. **Métodos:** A metodologia utilizada consiste em uma pesquisa de caráter qualitativo, com base em um relato de experiência, através de observação participante e de pesquisa bibliográfica, realizada no ano de 2020, ano inicial da pandemia. **Discussão e resultados:** A política genocida que é adotada pelo governo, nega e fecha os olhos para as evidências científicas, provocando um quadro de extrema gravidade no que tange o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Em se tratando de Serviço Social, somos chamados a atuar em meio a essa complexidade, na linha de frente com os demais trabalhadores(as) da saúde, momento que também traz demandas que não condizem com nossas atribuições, muito embora estas sejam bem delimitadas, através de documentos oficiais elaborados pelo conjunto CFESS/CRESS e pela lei que regulamenta a profissão. Diariamente nos espaços de trabalho, como nas unidades hospitalares, somos solicitados a realizar o que não nos compete. A princípio, podem ser elencadas demandas como: convocação de familiar ou responsável para indicar alta hospitalar, emissão de declaração de comparecimento, atendimentos com viés psicologizante, comunicação de boletins médicos e o mais comum em época pandêmica, o chamamento à comunicação de óbitos. Este último, abrange o cotidiano de experiência profissional das pesquisadoras, que por vezes visualizam a comunicação do óbito como ação que transpassa seu cotidiano de trabalho, muito embora seja uma ação totalmente incondizente, contraditória e sem responsabilidade, que cabe ao profissional médico. Tal demanda expressa a urgente necessidade de nos fortalecermos enquanto categoria, inclusive no que tange a imagem social da profissão, ainda vista na unidade hospitalar como um apêndice à prática médica, fato que associa ao Serviço Social práticas conservadoras e de ordem tecnicista. **Considerações**

Finais: Estas situações não se configuram como algo novo, são velhas questões, as quais a profissão busca ultrapassar. Se desvincular da condição de subalternidade, através da potencialização da autonomia profissional, da reflexão coletiva sobre papel do assistente social, é uma via. É preciso construir estratégias coletivas em prol da crise sanitária que se instalou, mas também, e para além disso, reivindicar o reconhecimento e respeito para com essa profissão e suas atribuições e competências reais.

Palavras-chave: Pandemia. Trabalho do Assistente social na saúde. Atribuições e competências profissionais.

SERVIÇO SOCIAL E PANDEMIA: INTERVENÇÃO PROFISSIONAL EM ABANDONO DO TRATAMENTO DE RADIOTERAPIA

Cíntia Silveira dos Santos¹ e Camila Barbosa Monteiro²

1 Autor principia: Instituto do Câncer do Ceará

2 Co-autora: Instituto do Câncer do Ceará

RESUMO

Introdução: A pandemia mundial causada pelo vírus COVID-19 trouxe severas modificações no cotidiano hospitalar, tanto para profissionais, quanto para os usuários, que diante da necessidade de realizar um tratamento contínuo, como o oncológico, precisam estar presentes nas unidades hospitalares diariamente, para receberem realizarem as terapêuticas propostas. As múltiplas faces da Questão Social, que sempre foram fatores determinantes para adesão e continuidade dos tratamentos para os pacientes do SUS, com o novo cenário pandêmico, tornaram-se ainda mais evidentes. A partir desse contexto, na rotina do setor de Radioterapia de um Hospital de referência em tratamento oncológico, localizado em Fortaleza/CE, notou-se acentuada ausência dos pacientes para realização das sessões de tratamento, demandando intervenções do Assistente Social na luta pela garantia do acesso à saúde, preconizado na Lei 8080/1990. **Objetivo:** Essa reflexão tem por objetivo compreender as motivações do abandono do tratamento de Radioterapia pelos pacientes no contexto da pandemia do COVID-19, bem como, caracterizar as intervenções realizadas pelo Assistente Social para a garantia dos direitos sociais dos mesmos, visando o retorno e continuidade as terapêuticas indicadas. **Métodos:** Foi utilizada revisão bibliográfica e sistematização do fazer profissional, que compreendeu na reflexão crítica dos atendimentos realizados pelo Assistente Social nesse contexto. **Resultados:** A partir das demandas impostas pela nova realidade e pelo que foi exposto pelos usuários, podemos identificar que as causas mais recorrentes para a ausência/abandono do tratamento de Radioterapia foram: alto índice de desemprego; suspensão das atividades nos setores públicos, o que dificultou, por exemplo, na concessão de transporte sanitário e acolhimento nas casas de apoio; a paralisação do atendimento (ou o atendimento de forma remoto) das unidades que compõem a rede socioassistencial, acarretando na fragilização do acompanhamento realizado com os usuários e suas famílias nos territórios. Dessa forma, foram realizadas intervenções junto as Secretarias de Saúde dos municípios, bem como, com os equipamentos da rede socioassistencial, a fim de diminuir a recorrência da ausência/abandono do tratamento. Além disso, contamos com o auxílio da casa de apoio vinculada ao Hospital, que acolhe os pacientes de outros municípios que não possuem meios de se manter na capital durante o tratamento. Houve também a necessidade de sensibilização dos pacientes e seus familiares que não estavam realizando o tratamento, pelo medo de contrair o vírus em questão. Assim, mediante as ações realizadas, obtivemos um considerável número de retorno dos pacientes para os tratamentos indicados. **Considerações Finais:** O Serviço Social em seu fazer

profissional no âmbito da saúde age como mediador entre o usuário e os diversos setores protetivos e assistenciais na garantia de um acesso ao seu tratamento de forma digna. Com a pandemia, o cenário tornou-se ainda mais perpetuoso, fazendo-se necessária uma atuação assertiva para que o Estado cumpra seu dever de promover a saúde de forma integral e coletiva. Sabemos, todavia, que ainda há um árduo caminho para o retorno completo de todos os serviços, sendo necessária reinvenção, reorganização e articulação para intervenções cotidianas junto ao paciente oncológico.

Palavras-chave: Serviço Social. Pandemia. Oncologia. Radioterapia. Abandono.

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO PANDÊMICO: REFLEXÕES SOBRE O ATENDIMENTO AOS PACIENTES INTERNADOS

Jessica Batista Maciel¹, Maria Carleandra Gonçalves Oliveira² e Camila Barbosa Monteiro³

1 Autor principal: Instituto do Câncer do Ceará

2 e 3 Co-autoras: Instituto do Câncer do Ceará

RESUMO

Introdução: As expressões da questão social se intensificam no período de crise mundial, evidenciando as desigualdades sociais no acesso às políticas públicas, dentre elas a política de saúde. Diante de um contexto pandêmico, como que estamos vivenciando devido ao COVID-19, os processos de trabalho, sobretudo, na atenção hospitalar precisam ser readequados. Nesse sentido é fundamental a atuação de uma equipe multiprofissional que possa oferecer ao paciente o cuidado adequado para seu bem-estar. No tocante a intervenção do Serviço Social, algumas rotinas de trabalho foram modificadas para tentar garantir a comunicação entre a tríade: paciente-equipe-família. O enfrentamento da pandemia impôs diversas medidas restritivas de isolamento social como principal recurso para evitar a contaminação por coronavírus. No ambiente hospitalar, a diminuição da circulação de pessoas, exigiu a restrição da presença de acompanhantes para os pacientes internados, influenciando em aspectos biopsicossociais dos pacientes oncológicos, os quais têm de enfrentar a internação hospitalar sem visitas ou contato com familiares. As reflexões aqui apresentadas referem-se à apresentação do trabalho do Serviço Social a partir da experiência profissional por meio da residência multiprofissional. **Objetivo:** Essa reflexão tem por objetivo debater sobre a atuação do Assistente Social, no contexto da pandemia de COVID-19, no setor de internação de um hospital oncológico localizado em Fortaleza-CE. **Metodologia:** Foi utilizada revisão bibliográfica e sistematização do fazer profissional, que compreendeu na reflexão crítica dos atendimentos realizados pelo Assistente Social nesse contexto. **Discussão e Resultados:** O perfil de pacientes que tivemos a oportunidade de atender, em sua maioria, são pessoas com baixo ou nenhum nível de escolaridade, provenientes do interior do estado, pouco orientados e com dificuldades cognitivas no que tange a compreensão dos tratamentos médicos propostos e do próprio diagnóstico, o que dificulta a rotina desses pacientes no setor de internação. Como medida para diminuir os impactos do isolamento do paciente durante a internação, a sociabilização de informações para os familiares de pacientes internados sem o suporte de um acompanhante, foi uma das alternativas criadas. São pacientes que por questões sociais e econômicas não dispõem de meios próprios para contatar a família e, nesse contexto, o Serviço Social se insere criando uma interlocução entre a família e o paciente repassando as informações de maneira clara e em linguagem acessível. Ademais, o Serviço Social atua de maneira a sensibilizar a equipe multiprofissional para as questões sociais apresentadas pelos usuários, buscando construir respostas multidisciplinares frente às demandas. **Considerações Finais:** O atual cenário pandêmico de crise mundial na saúde exige dos assistentes sociais uma conduta profissional adaptável e inventiva na construção de novas alternativas de enfrentamento das demandas emergentes, e engajada com o

compromisso ético-político de garantir um serviço de qualidade e viabilizar o acesso do paciente ao sistema público de saúde.

Palavras-chave: Serviço Social. Pandemia. Oncologia. Questão Social.

O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL EM UM HOSPITAL ONCOLÓGICO NA PANDEMIA

Miliane de Carvalho Pinheiro¹ e Maria Carleandra Gonçalves Oliveira²

1 Autor principal: Instituto do Câncer do Ceará

2 Co-autora: Instituto do Câncer do Ceará

RESUMO

Introdução: Este estudo é resultante da sistematização da experiência de trabalho do Serviço Social no contexto de pandemia da Covid-19 no setor de quimioterapia de um hospital oncológico, vinculado ao Sistema Único de Saúde (SUS). Atualmente, o câncer representa um dos problemas de saúde pública da sociedade brasileira, dada a sua magnitude epidemiológica, social e econômica (INCA, 2020). Entre os profissionais inseridos no tratamento oncológico está o Assistente Social, que frente ao quadro sanitário brasileiro é chamado a atuar diante das expressões da questão social no acolhimento, atendimento e acompanhamento social dos pacientes e seus familiares. **Objetivo:** O presente trabalho tem como escopo discorrer sobre os reflexos da pandemia da Covid-19 nas demandas apresentadas pelos pacientes em tratamento quimioterápico em um hospital oncológico de Fortaleza/CE. **Metodologia:** Para alcançar o objetivo proposto foi sistematizado o fazer profissional e realizada uma revisão bibliográfica. **Discussão e Resultados:** Em tempos da pandemia da Covid-19 e no quadro neoliberal de enxugamento das políticas públicas, observa-se o aprofundamento das expressões da questão social e a complexificação das demandas dos usuários. Nesse sentido, para compreender o contexto socioeconômico e alcançar as demandas sociais dos pacientes em tratamento quimioterápico, o Serviço Social realiza o procedimento de avaliação social por meio de entrevista e escuta qualificada. É através dessa intervenção e dos instrumentos e técnicas do trabalho que foi possível visualizar as principais demandas dos pacientes em seguimento quimioterápico, que são: orientação sobre direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, encaminhamentos e acionamento da rede socioassistencial, orientação sobre a rotina institucional, articulação com as casas de apoio etc. Com a conjuntura da pandemia, houve uma grande demanda de orientação sobre o funcionamento de instituições como o Instituto Nacional de Previdência Social (INSS) e instituições da política de assistência social e sobre os procedimentos necessários para solicitação de direitos previdenciários e benefícios sociais por meio das tecnologias digitais. Em relação aos encaminhamentos e atendimentos fora do contexto hospitalar, houve dificuldades de articulação com as redes de proteção social. Devido às medidas de isolamento e recomendações sanitárias, ocorreu o fechamento, restrições de atendimento e diminuição do quadro profissional de diversos equipamentos da rede socioassistencial. Dessa maneira, os pacientes têm enfrentado dificuldades no acesso a diversos serviços. Diante disso, uma das maiores dificuldades do fazer profissional tem sido buscar alternativas para que os pacientes continuem o tratamento do câncer e tenham atendidas as suas demandas sociais (CARDOSO; COSTA, 2020). **Considerações finais:** Em tempos de Covid-19, observa-se o aprofundamento das desigualdades sociais na sociedade brasileira, as quais repercutem nos segmentos populacionais socialmente vulneráveis,

como é o caso em sua maioria, dos pacientes oncológicos, o que pode interferir na adesão e continuidade do tratamento. Compreende-se que, vários são os desafios impostos pela pandemia, o que requer um olhar ampliado sobre a questão de saúde e um constante aperfeiçoamento profissional. Apesar dos entraves do cenário atual, ressalta-se a relevância da atuação do Assistente Social na saúde e na criação de estratégias para a viabilização dos direitos do paciente oncológico na conjuntura da pandemia.

Palavras-chave: Serviço Social. Oncologia. Quimioterapia. Pandemia Covid-19.

SERVIÇO SOCIAL, PANDEMIA E DESAFIOS PROFISSIONAIS: DESDOBRAMENTOS REFLEXIVOS PARA A CATEGORIA

Me.Aglailton da Silva Bezerra¹, Juliana Alves do Nascimento², Jeisy Anne Nascimento de Alencar Peixoto³ e Rebeca Ingrid da Silva Gaudêncio⁴

1 Autor principal: Universidade Estadual do Ceará

2, Co-autora: Escola de Saúde Pública do Ceará

3 Co-autora: Uninter Fortaleza

4 Co-autora: Faculdade Terra Nordeste

RESUMO

O Serviço Social enquanto categoria profissional inscrita na divisão social e técnica do trabalho apresenta na trajetória um movimento de amadurecimento e crescimento profissional, sobretudo ao pensarmos seu aspecto interventivo e ideológico o qual possibilitou uma condução qualitativa atrelada à luta da classe trabalhadora. Por classe trabalhadora, entende-se ser uma parcela populacional fruto de uma polarização estrutural proporcionada pelo sistema capitalista, o qual deve ser entendido como sistema que busca hegemonia através da compra da força de trabalho de muitos/as destes/as. Assim, uma sociedade de classes demarca o campo de atuação do Serviço Social quando atritos tornam-se cada vez mais visíveis os quais são proporcionados pelas correlações de forças originadas da apropriação dos meios de produção e, conseqüentemente, a exploração do conjunto de pessoas considerados/as proletariados/as historicamente e relidos na atualidade. A questão social diante de suas expressões torna-se o objeto central de atuação desta categoria ao passo que sua condução interventiva permeia uma leitura de mundo baseada numa perspectiva crítica, o qual colabora como forma de desenvolvimento de sua atuação, seja qual for o espaço sócio ocupacional. Questão social, portanto, é percebida como resultado dessas correlações entre capital e trabalho e diagnóstico permanente de uma sociedade o qual suas rupturas são presentes e classifica sujeitos diante de sua realidade de classe, gênero, raça e território, principalmente. Desse modo é pensando criticamente esse contexto, questiona-se: como a categoria de Assistentes Sociais vislumbra possibilidades interpretativas diante do alcance da pandemia do Covid-19 nesse chão de classes sociais conjuntamente determinadas? Como objetivo, traçamos a análise da categoria em tempos de pandemia e a necessidade do fortalecimento crítico e interventivo diante das limitações e possibilidades reveladas no atual momento histórico. A pesquisa configura-se como qualitativa, tendo como base relatos de experiências e diálogos com literaturas do Serviço Social, sociologia e antropologia. A respeito da Covid-19, podemos elencar que se trata de uma pandemia causada por um vírus a qual afeta rapidamente através de complicações pulmonares e dentre outras além de uma crescente contaminação em série, ameaçando as populações a nível mundial. Diante dessa situação, a pandemia reorganizou autoritariamente a realidade de todos/as através de um redesenho de suas vidas cotidianas, tal como a necessidade do uso de máscara, enclausuramento em suas casas como forma de garantia do isolamento

social e o distanciamento social quando saída de seus lares. Apresentou ainda a fragilidade da Política Pública de Saúde em tempos de crises sanitárias, feriu rituais historicamente consagrados como o velório e paralisou cidades em todo o mundo. No campo analítico podemos perceber a intensificação da desigualdade social e o endosso das expressões da questão social que solicitou da categoria de Serviço Social a necessidade de renovação de suas práticas como forma de alcance desse contexto e garantia de direitos destes e destas, tais como a redefinição de sua atuação no campo virtual, criação de mecanismos de atendimento através das vídeo chamadas e salas virtuais. Inúmeros desafios se apresentam e continuam a manifestar-se e cabe a categoria refletir dialeticamente sobre os impactos na vida de seu público.

Palavras-chave: Serviço Social. Pandemia. Intervenção. Classes sociais. Questão social.

EIXO TEMÁTICO: MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL
INTERVENÇÃO SOCIAL NA ONCOLOGIA: O USO DA TECNOLOGIA DURANTE A
PANDEMIA COVID-19

Misney Kelle Fernandes Oliveira Araújo¹, Anelysse Barbosa Raulino²

1 Autor principal> Instituto do Câncer do Ceará

2 Co-autora: Docente do Curso de Serviço Social- Faculdade Rodolfo Teófilo

RESUMO

INTRODUÇÃO: O surgimento da pandemia do Novo Coronavírus no Brasil escancarou as expressões da questão social diante do adoecimento, isolamento social, desemprego, redução da renda familiar, acesso restrito a benefícios sociais, assim como, repercute nas relações sociais e no acesso às políticas públicas. Em se tratando de pacientes oncológicos, isto potencializa ainda mais as demandas sociais, tendo em vista o diagnóstico de câncer em um contexto de pandemia. Vale ressaltar que o acesso aos benefícios previdenciários e assistenciais ficaram ainda mais restritos e seletivos devido a dificuldade de compreensão e/ou impossibilidade do uso da tecnologia, haja vista o fechamento de agências e instituições socioassistenciais e desse modo, os requerimentos ocorreram de forma remota, por vezes, inviabilizando e burocratizando o acesso dos usuários aos seus direitos. **OBJETIVO:** O presente estudo objetiva refletir sobre os desafios enfrentados pelos pacientes oncológicos, diante do uso da tecnologia para acessar aos benefícios sociais no período da pandemia. **MÉTODOS:** O estudo tem natureza qualitativa, de cunho descritivo, do tipo relato de experiência, abrangendo aspectos vivenciados durante a Residência Multiprofissional em Saúde realizada em um hospital de referência para o tratamento de câncer no Ceará, no período compreendido entre abril/2020 a fevereiro/2021. **DISCUSSÃO E RESULTADOS:** Observou-se durante os atendimentos sociais, inúmeras expressões da questão social, desde a escassez de recursos financeiros, desemprego e a dificuldade de acesso aos benefícios sociais por meio do uso da tecnologia, seja por difícil compreensão do uso do app ou mesmo a dificuldade de contato com o INSS pela central 135. Diante das demandas apresentadas cabe ao profissional assistente social intervir de forma didática e crítica a fim de estimular e fortalecer a autonomia do usuário na busca por seus direitos e, assim possibilitar a garantia do acesso aos benefícios sociais a ele inerentes, com vistas a manter a assiduidade e a continuidade do usuário ao tratamento proposto. Os resultados dessa pesquisa apontam para uma reflexão acerca das dificuldades enfrentadas pelos pacientes que necessitam requerer os benefícios previdenciários ou assistenciais, remotamente, por meio de aplicativos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Além dos obstáculos postos ao assistente social no âmbito hospitalar, atuar em um contexto de pandemia tem sido bastante desafiador, pois, lidar com a angústia dos usuários quanto às dificuldades sociais e econômicas diante de um diagnóstico de câncer, além da dificuldade de compreensão e acesso aos seus direitos sociais. Somado a isso, lidar com as incertezas e o medo da contaminação, com a escassez de equipamentos de proteção individual – EPI para os profissionais, exigiu-se muito das assistentes sociais

diante da nova estruturação nos atendimentos na instituição e nos equipamentos socioassistenciais. Considerando o contexto de pandemia, faz-se necessário uma reflexão da práxis do/a assistente social, das suas atribuições e competências diante da nova realidade, o que requer uma reestruturação, criticidade e um compromisso ético da categoria com os usuários, a fim de possibilitar a garantia de acesso aos seus direitos sociais, evitando a naturalização e a burocratização nos atendimentos.

Palavras-chave: Serviço Social. Intervenção profissional. Pandemia Covid-19. Tecnologia

SERVIÇO SOCIAL EM TEMPO DE PANDEMIA: DISCUTINDO O ACOLHIMENTO AOS PACIENTES ONCOLÓGICOS

Maria de Lourdes Zaranza Lopes Sobreira¹, e Anelysse Barbosa Raulino²

1 Autor principal: Instituto do Câncer do Ceará

2, Co-autora: Docente do Curso de Serviço Social- Faculdade Rodolfo Teófilo

RESUMO

Introdução: A pandemia de Covid-19 afetou as sociabilidades em todo o mundo, sobremaneira a dinâmica dos serviços de saúde. Da “porta de entrada” aos setores de alta complexidade, se observa impactos ainda incalculáveis e para além do âmbito da doença. **Objetivos:** O presente artigo tem por objetivo sistematizar o trabalho das assistentes sociais em um ambulatório de triagem para pacientes oncológicos. Com o intuito de relatar como a prática profissional e o acesso de pacientes ao acolhimento foram, consideravelmente, atravessados pela crise sanitária oriunda do contexto pandêmico. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, em fase exploratória, fruto de observações empíricas feitas no cotidiano de trabalho, de março até maio do ano de 2021. **Discussões e resultados:** As expressões da questão social na saúde revelam-se através da fome, da pobreza, das múltiplas formas de violência e do desconhecimento sobre direitos e deveres sociais. (PEREIRA, 2020). No contexto que perpassa o acolhimento de pacientes oncológicos, se faz preciso pontuarmos alguns aspectos importantes. A brevidade de atendimento para boa parte dos diagnósticos de câncer é condição primária para melhor efetivação de seu tratamento. O paciente oncológico é assegurado por lei a receber tratamento no SUS, a partir do momento de seu diagnóstico, em um prazo de no máximo 60 dias (Lei 12.732/12), determinação essa que foi diretamente afetada pelo contexto pandêmico. Buscar a efetivação desse direito foi algo que o Serviço Social, junto à equipe multiprofissional de acolhimento, observou como um dos maiores desafios. O atraso dos encaminhamentos oriundos dos serviços de regulação, o receio dos (as) pacientes em comparecer aos atendimentos, o abandono de tratamento, vivência de luto no contexto familiar, dentre outras, são algumas situações possíveis de se elencar. Ao lidar com demandas inéditas no cotidiano do acolhimento, as assistentes sociais precisaram reorientar seu fazer profissional através da atualização de orientações, articulação maior com a rede e com contra-referências, atividades de teletrabalho, dentre outras medidas, em respeito às medidas de distanciamento social, sem deixar, contudo, de atentar para impossibilidade de acesso que muitos pacientes têm aos aparatos tecnológicos ou ao próprio desconhecimento de como manuseá-los. Ações de cunho educativo ganharam ainda mais destaque no processo de fortalecimento da cidadania dos (as) usuários (as). **Considerações finais:** O momento presente evidencia desafios históricos aos profissionais da saúde, o que finda por exigir maior criatividade, resiliência e compromisso ético-político ao conduzir as ações. As assistentes sociais observam como as refrações da questão social vêm manifestando-se em formatos ainda mais expressivos no contexto pandêmico, o que traz a necessidade de reafirmar que em situações de crise as populações em maior risco de vulnerabilidade social permanecem sendo as mais afetadas.

Palavras-chave: Serviço Social. Acolhimento. Oncologia. Covid-19.

A PESSOA IDOSA NA ERA DIGITAL

Rebeca Bezerra Silva¹, Maria Elizaria Silva de Oliveira², Patrícia Ribeiro Barros³
Claudiana Gabriela Lima de Sousa⁴ Ma. Sâmea Moreira Mesquita Alves⁵

1 Autor principal: Discente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

2, 3 e 4 Co-autoras: Discente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

5 Co-autora: Docente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

RESUMO

Introdução: Considerando o cenário de uma sociedade capitalista, portanto, excludente tem-se a pessoa idosa e o uso de recursos tecnológicos. Importante ressaltar aqui a elevação do público envelhecido, bem como o crescimento das tecnologias em geral. Nesse contexto, as pessoas idosas ainda são excluídas. **Objetivo:** Destacar a importância da TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) na vida social da pessoa idosa. **Métodos:** o presente estudo possui natureza qualitativa, do tipo bibliográfica e documental. **Discussão e Resultados:** a pessoa idosa necessita ser acolhida pela sociedade e família para que possam desenvolver suas habilidades com equipamentos digitais. Ao estudar o processo de envelhecimento na sociedade, percebe-se que esse público de múltiplas experiências e momentos marcantes no decorrer da sua vida. Todavia, este público ainda sofre com descasos e preconceitos. Com seus direitos ainda pouco assegurados, os longevos seguem em busca de maior participação e até mesmo reconhecimento, por parte da sociedade. Nos dias atuais, principalmente na pandemia, serviços tais como: bancários, saúde, entretenimento, entrega e até mesmo comunicação são utilizados de forma mais intensa. Num processo de envelhecimento saudável, o indivíduo está apto para aprender, e, portanto, se inserir nesse meio que envolve novos tipos de comunicação. **Considerações finais:** Este estudo abordou sobre as TICs e os direitos da pessoa idosa, de modo que possa ser uma alerta para que a família e a sociedade possam incluir esse público na era digital.

Palavras-chaves: Velhice. Era Digital. Preconceito. Direitos.

GESTÃO DO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM FORTALEZA: DESAFIOS DA PRÁTICA EM PERÍODO DE PANDEMIA

Esp. Telviane Norberta Barboza Rocha¹, Esp. Aline Alves da Costa ²

1 Autor principal: Faculdade Terra Nordeste

2, Co-autora: Faculdade Terra Nordeste

RESUMO

Introdução: Este artigo versa sobre a gestão do processo de regularização fundiária em Fortaleza- Ceará. Em período de Pandemia, novos desafios se revelam no exercício do gestor público, necessitando buscar novas ferramentas de trabalho e reorganizar a sua forma de gerenciar os processos de suas ações em meio as fragilidades expostas com o novo cenário. **Objetivos:** Tendo como objetivo central relatar como se desenvolve essa política dentro da esfera da gestão habitacional e como os gestores se articulam dentro da rede dimensionando todo um trabalho que envolve diversos setores da política de habitação em Fortaleza, a fim de concretizar o processo de regularização fundiária na vida dos fortalezenses. E especificamente descrever como acontece o remanejamento de técnicas de trabalho e quais têm sido os maiores entraves para a realização desse processo de regularização das habitações em Fortaleza. Para atingirmos os objetivos propostos utilizamos a **Metodologia** de pesquisa qualitativa e descritiva, bem como a documental, desenvolvendo as técnicas de observação participante e relato de experiência. **Resultados e Discussões:** Mediante o novo cenário de pandemia foi necessário o remanejamento de técnicas utilizadas no atendimento das comunidades habitacionais, foi necessário introduzir a tecnologia como acesso aos moradores, a gestão se articulou junto à comunidade para a realização de reuniões online, dessa forma o atendimento online dos moradores possibilitou a otimização de tempo espaço e economia de recursos financeiros, e assim dar continuidade a proposta de mobilização social e atingir a meta de cadastramento, além das famílias também economizarem recursos com deslocamento. **Considerações Finais:** Com essa nova modalidade de trabalho a gestão concluiu como bastante satisfatória pois a quantidade de cadastro foi bem superior em um menor período de tempo.

Palavras-chave: Regularização fundiária. Gestão. Prática profissional.

QUESTÃO SOCIAL E JUVENTUDES PERIFÉRICAS: POESIA MARGINAL COMO LEITURA DA REALIDADE

Josivando Ferreira da Cruz¹, Me.Aglailton da Silva Bezerra², Samara da Silva Bezerra³ e Marcelo Martins Oliveira⁴

1 Autor principal: Universidade Estadual do Ceará

2 Co-Autor: Universidade Estadual do Ceará

3 Co-Autor: Universidade Estadual do Ceará

4 Co-autor: EASEBRASIL

RESUMO

Introdução: A necessidade de fomento a leituras de mundo que colaborem para interpretações sobre a realidade social como ela se apresenta é urgente, sobretudo no contexto atual e diante de uma sociedade marcada pelo antagonismo social provocado pelo sistema capitalista de forma histórica. Estar inserido/a em uma sociedade antagônica significa ser alvo de inúmeras desigualdades sociais que vão sendo naturalizadas ao longo do tempo. Dessa forma, a questão social, objeto de intervenção da categoria de Assistentes Sociais, **Objetivo:** manifestar de modo a contemplar leituras e faces amadurecidas diante da conjuntura em evidência ao pensarmos o avanço do capitalismo atrelado a aspectos neoliberais e globalizado. Cabe ressaltar que o conceito de questão social rompe com a ideia de passividade das populações e inclina possibilidades de ingresso no mundo político enquanto campo de questionamentos permanentes e atuação, bem como possibilita a instrumentalização diante de suas expressões no tocante a reflexão sobre a normalização estabelecida do status quo. Dito isto, estar isento/a das expressões da questão social é quase impossível. Tendo como base essa reflexão, questiona-se: como a poesia marginal pode ser vista como uma prática educativa não formal das juventudes periféricas de Fortaleza diante dessa realidade desigual? **Resultados e Discussões:** Pontua-se, portanto, que as juventudes são plurais e sendo como são manifestam expressões culturais que dialogam diretamente com suas histórias de vida. Pensando a periferia como esse lugar da marginalização diante das tensões desenvolvidas na cidade, a qual pode ser interpretada como palco das lutas de classes, é notório que as juventudes, sobretudo pobres e negras, desenvolvem estratégias de intervenção comunitária que buscam, direta ou indiretamente, travar uma análise sobre suas vivências. A poesia marginal é vista como essa possibilidade de manifestação de uma prática educativa não formal que possibilita compreender as inúmeras lacunas existentes em uma sociedade hierarquizada e denunciar, conseqüentemente, através da produção cultural as opressões que cercam e estruturam essas sociedades. Sobre educação não formal partimos da compreensão estabelecida por Gohn, 2012, em seu livro Educação e Movimentos Sociais onde a mesma estabelece a existência de práticas educativas que rompem as estruturas escolares e ensino regular e incrementam as vantagens de valorização do saber popular como uma ameaça ao Estado. **Considerações Finais:** Assim, compreendemos a poesia marginal como uma dessas práticas educativas que emergem da realidade concreta das juventudes periféricas e estabelecem uma relação direta com essa leitura de mundo, conforme chama atenção Paulo Freire. Desse modo,

o reconhecimento das práticas educativas na sua totalidade é fundamental para o fortalecimento dos saberes popular frente aos avanços das expressões da questão

social intensificadas com a pandemia do COVID-19. Assim, a categoria de Serviço Social e outras que lidam com a manifestação da realidade concreta podem fortalecer essas avaliações e intervenções comunitárias atrelando esses saberes construídos no seio do cotidiano e que refletem lutas, demandas, angústias, desafios e medos. As juventudes, nesse campo ganham centralidade e possibilitam identificar essa articulação.

Palavras-chave: Juventudes. Poesia Marginal. Questão Social. Comunidade.

A ASSESSORIA DO SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTO SOCIAL DA FBB

Lidiane Maria Siqueira David¹, Sandra Helena Ribeiro Cruz², Welson de Sousa Cardoso³

1 Autor principal : Universidade Federal do Pará

2, 3 Co-autores Universidade Federal do Pará

RESUMO

Introdução: Relato de experiência da práxis profissional da assessoria do serviço social voltada para os movimentos sociais urbanos em Belém do Pará à luz da experiência do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU), junto ao movimento popular da Frente de Defesa das Bacias de Belém (FBB). **Objetivo:** explicitar os processos que envolvem as relações sociais de assessoria do profissional Assistente Social junto aos segmentos populares organizados na sociedade civil, dando ênfase às ações de extensão universitária. **Métodos:** o método de análise utilizado é o Método Crítico Dialético. Utilizou-se pesquisa qualitativa, estudo bibliográfico, documental, e de campo, a pesquisa empírica centrou-se em acervo das atividades de extensão do Programa no período de 2017, a realização de entrevistas semi-estruturadas com três segmentos (docentes egressos e liderança). **Discussão e Resultados:** Para explicitar a prática da assessoria do serviço social a Frente de Defesa das Bacias de Belém (FBB) destaca-se sua gênese que provém dessa relação dialética com as atividades desenvolvidas com os sujeitos organizados que demanda apoio e acompanhamento do programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU). Salienta-se que a cidade de Belém é composta de 14 Bacias Hidrográficas que possuem peculiaridades entre si, trata-se de um território permeado de complexidades, tornando-se grande desafio para a FBB. Nesse sentido, o PARU acompanha e assessora a FBB que aglutina as reivindicações populares de três dessas Bacias Hidrográficas: do Una, do Tucunduba e da Estrada Nova. Juntos estes compreendem 35 bairros da cidade de Belém e são afetados diretamente e indiretamente pelas ações de urbanização. Dentre as atividades desenvolvidas, no ano de 2017, com a FBB destacam-se: o seminário Quintas Urbanas e a Oficina de Capacitação das lideranças do movimento social. Sendo esses espaços de debate, discussão e interlocução com os sujeitos coletivos, mas é também importante processo de formação, formulação crítica de políticas públicas no âmbito da sociedade civil na luta pelo direito à cidade na Amazônia. E, portanto, nesta relação de assessoria do serviço social ao movimento social articulam-se intimamente o processo da tutela, que implica nos limites em que as lideranças do movimento não podem ficar dependentes da assessoria, eles têm que ter autonomia para serem os protagonistas de suas lutas, e para isso é necessário a formação política, por meio de técnicas e metodologias, com rigor ético-político e teórico-metodológico, e, assim, promover a formação pedagógica (DAVID, 2018). **Considerações finais:** o trabalho social exercido pelo assistente social na assessoria a movimentos sociais urbanos pressupõe-se que o profissional esteja em constante conhecimento teórico-metodológico, para compreensão da realidade social e, o reconhecimento das demandas possibilitando ação profissional (CFESS, 2016). Dentro deste cenário a experiência da assessoria do serviço social junto ao movimento social da FBB, por

meio da extensão universitária, desenvolve uma dimensão interventiva participando das discussões das políticas urbanas de habitação, de saneamento, de mobilidade e

de regulamentação fundiária, que estão relacionadas entre si e que são extremamente importantes para compreender o desenvolvimento da cidade e de como elas incidem diretamente na vida dos sujeitos.

Palavras-chave: Assessoria. Serviço Social. Movimentos Sociais Urbanos.

EIXO TEMÁTICO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL

“OLHA DE ONDE EU SAÍ”: JUVENTUDES E EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

Me. Aglailton da Silva Bezerra¹, Juliana Alves do Nascimento², Jeisy Anne Nascimento de Alencar Peixoto³

1 Autor principal: Universidade Estadual do Ceará

2, Co-Autora: Escola de Saúde Pública do Ceará

3 Co-autora: Uninter

RESUMO

Introdução: As juventudes fazem parte da composição societária e são atravessados/às pelos marcadores sociais que percorrem suas vidas em sociedade, portanto se faz necessário pensar essa parcela populacional dentro do campo das relações sociais diante de uma realidade capitalista, neoliberal e globalizada, a qual apresenta traços estruturais relacionados às manifestações de opressões, principalmente as que correspondem aspectos de gênero, raça, sexualidade, território e classe. Desse modo, refuta-se a ideia de uma juventude homogênea e universal colaborando para a compreensão de sua pluralidade, o qual justifica o uso do termo no plural: juventudes. Assim e dentro desse campo de reflexão, torna-se fundamental perceber como as expressões da questão social alcançam as juventudes pobres e periféricas, as quais em grande parcela são negras. Trata-se de uma pesquisa de configuração qualitativa e que dialoga com Relatos de experiências. Como **objetivo**, temos a intenção de explanar as expressões da questão social que impactam as juventudes em tempos de pandemia da COVID-19. Além dos diversos impactos oriundos dessa pandemia, a categoria do Serviço Social, assim como as demais profissões, precisou reinventar-se e propor formas de intervenção com seus usuários. Como realizar intervenções de grupo em tempos de isolamento social ? Como viabilizar acesso à educação e às demais políticas sociais em tempos de desmonte e sucateamento dos direitos sociais ? **Metodologia:** Um dos aliados nesta luta foi a internet que proporcionou uma nova forma de atuação por meio dos encontros e atendimentos on-line. E os jovens que não têm acesso à internet ? Os excluídos fisicamente da sociedade também estão à margem no mundo virtual ? Mesmo estando na era da tecnologia muitos jovens e seus familiares não tiveram como acessar os meios de comunicação, pois estavam em escassez até mesmo do alimento básico. **Discussões e Resultados:** Nesta linha de frente, as/os assistentes sociais sempre estiveram para viabilizar acesso para todos e todas e as proposições tornam-se cada vez mais necessárias, pois o território é vivo e mesmo com todos os olhares voltados para Pandemia da Covid-19 as pandemias da fome, desemprego e violência ainda persistem e marcam os jovens. Jovens que têm cor, gênero, local geográfico e ainda assim são invisibilizados. Desta forma, é nítida e gritante a necessidade de políticas e programas sociais que considerem a pluralidade destas juventudes e que fomentem as potências que ali estão. Tais intervenções demandam a

atuação de uma equipe multiprofissional e também que envolva múltiplas instituições para que sejam trabalhadas questões pertinentes ao mercado de trabalho, sexualidade, lazer e demais temáticas. **Considerações Finais:** Tais propostas devem ser construídas com as/os jovens e fazendo que eles sejam não apenas usuários destas políticas para também autores e protagonistas.

Palavras-chave: Juventudes. Pandemia. Questão Social.

PANDEMIA E EVASÃO ESCOLAR: OS DESAFIOS PARA O ENSINO MÉDIO PÚBLICO NA ESCOLA EEMTI M. J. S. F. G. EM FORTALEZA – CEARÁ

Catarine Moura Dias¹, Ma.Lucileila de Sousa Cardoso Almeida²

1 Autor principal: Discente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

2, Co-Autora: Docente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

RESUMO

Introdução: O atual cenário da pandemia de COVID-19 apresenta diversos desafios nacionais e estaduais, dentre eles o educacional – e em destaque o processo de evasão escolar. Nos últimos anos, o estado do Ceará apresentou uma redução nos números de abandono escolar, mas com o advento da crise sanitária e suas incitações, é bem provável o seu crescimento. **Objetivo:** Contudo, a presente pesquisa tem como objetivo geral compreender as os desafios e estratégias de enfrentamento da evasão escolar no ensino médio público no governo do Ceará em período de pandemia; e especificamente: analisar o índice de evasão escolar do ensino médio público dos últimos cinco anos, identificar os desafios e estratégias adotadas pela escola Profa. Maria José Santos Ferreira Gomes para o enfrentamento da evasão escolar em períodos de pandemia e pesquisar os planos políticos e decretos que incidiram sobre a educação no período de Pandemia no Ceará. **Metodologia:** Para isso, utilizamos metodologicamente uma pesquisa documental e de campo, juntamente com a técnica de análise documental e de entrevista semiestruturadas para alunos, professores e gestão, totalizando 15 participantes. Os instrumentos adotados para realização da técnica são as ferramentas online do Google Meet e Google Forms – diante do contexto pandêmico. Dentre os **resultados iniciais** destacamos: a influência dos planos e decretos estaduais, bem como as mudanças de metodologia de ensino utilizando as TICs – Tecnologia de Informações e Comunicação, que possibilitaram o aumento na evasão escolar, ambos servirão para possíveis consultas acadêmicas e/ou melhorias nas estratégias de intervenção social junto a redução da evasão escolar.

Palavras-chave: Pandemia. Evasão Escolar. Desafios para Educação no Ceará.

SISTEMA EDUCACIONAL NAS PENITENCIÁRIAS CEARENSES

Emanoelle Rodrigues Sousa Araujo¹ e Erisvalda Gomes Ferreira²

1 Autor principal: Discente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

2, Co-Autora: Discente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

RESUMO

Introdução: As penitenciárias são espaços muito subestimados. O senso comum que afirma o “tanto faz” desses espaços, é o mesmo grupo da sociedade que espera um êxito na mudança pessoal dos detentos que são encaminhados para esses centros de reabilitação pessoal. Na atualidade, propõe-se compreender o espaço carcerário como um local educativo capaz de garantir o acesso a tudo àquilo que seja essencial para os processos de socialização do sujeito privado de liberdade, durante e após o cumprimento de pena, o sistema educacional nas penitenciárias é uma forma de proporcionar aos detentos algo que lhes foi privado, por consequência da desigualdade social, tendo em vista que são 67% de detentos analfabetos, semi alfabetizados e com ensino fundamental incompleto, pouco mais de 20% têm ensino médio, e só 2% contam com diploma de nível superior (MAPA DO ENCARCERAMENTO, 2015)

Objetivo: Verificar a importância da educação para jovens e adultos privados de liberdade, durante e após o período de reclusão no sistema penitenciário.

Metodologia: Utilizamos uma pesquisa de revisão bibliográfica nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), encontramos 64 artigos em português e foram selecionados dois artigos no ano de 2010 e 2017 relacionados ao tema da pesquisa.

Na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) foi encontrado 20 dissertações e teses, dessas selecionamos duas dissertações no ano de 2015 e 2016 e correlacionados com informações encontradas no site da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP).

Resultado e discussão: A partir da análise dos artigos é perceptível a base defensora da educação para todos. Corroborando assim a importância da educação para esses detentos, e a forma de como a educação para essas pessoas, que são desumanizadas pelo senso comum, é um elemento crucial e fundamental para a ressocialização e uma mudança pessoal, tendo uma maior porcentagem de chance de voltar a liberdade, uma nova pessoa. **Considerações**

finais: A educação faz-se necessária na vida de todo ser humano. Esse trabalho verifica a importância da educação para os detentos, pois é uma parte da sociedade em que sua maioria é marginalizada e esquecida pelo poder federal e pela sociedade civil. Considerando o sistema de ensino como uma ferramenta capaz de mudar a vida dessas pessoas e conseqüentemente trazendo uma sociedade melhor.

Palavras-Chave: Educação. Educacional. Prisões. Docente. Penitenciárias.

UM DEBATE ACERCA DA VELHICE INSTITUCIONALIZADA

Jessica Teixeira de Sousa¹ e Sâmea Moreira Mesquita Alves²

1 Autor principal: Discente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

2, Co-Autora: Docente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

RESUMO

Introdução: O aumento da população longeva, fez crescer a procura por Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI's. Muitos são os fatores que levam a institucionalização desse público. Contudo, ainda se encontra enraizado em nossa sociedade estereótipos sobre essas instituições, como um local onde as famílias abandonam seus idosos. A escolha deste tema se deu a partir da necessidade de entender o processo de envelhecimento, como funcionam as ILPIs, assim como compreender os contextos familiares que conduzem ao processo de institucionalização. **Objetivo:** Contribuir no debate sobre a velhice institucionalizada. Para tal foram traçados os seguintes objetivos específicos: Estudar o processo de envelhecimento, desconstruir o estereótipo de abandono no contexto da velhice institucionalizada, refletir acerca das motivações que conduzem à institucionalização da pessoa idosa. **Métodos:** Este estudo possui natureza qualitativa, de fonte bibliográfica, com base em artigos e autores clássicos sobre a temática em menção. **Discussão e Resultados:** Com base na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto do Idoso (2003), o cuidado da pessoa idosa é, em primeiro lugar, de responsabilidade da família, ambiente que deveria ser local de afetividade e proteção. Contudo, torna-se importante compreender que o ato de cuidar envolve também outras questões. De acordo Born (2008), nem sempre o cuidador está preparado para realizar as tarefas, bem como lidar com as tensões e esforços advindos desta responsabilidade. Tais tensões contribuem para maior procura pelas ILPI's, como forma de manter este cuidado, proteção à pessoa idosa, quando a família não tem como garantir. **Considerações finais:** Através deste estudo, é possível analisar a complexidade sobre a discussão da institucionalização, por ser um tema tão estigmatizado. Necessário aprofundar estudos sobre a velhice, bem como ampliar o olhar sobre a importância das ILPI's, haja vista que a velhice com dignidade e respeito tem sido alcançada através destas.

Palavras-chave: Velhice. Institucionalização. Estereótipos.

AUTISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS: REFLETINDO O CONTEXTO DO CUIDAR DE MÃES SOLOS

Maria Virginia Vieira Pinheiro¹

¹ Autor principal: Discente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

RESUMO

Introdução: O transtorno do espectro do autismo (TEA) possui natureza neurológica, apresentando sintomas que afetam desde o comprometimento da interação social, perpassando aspectos interligados com a comunicação, o comportamento restrito e repetitivo. Estudos apontam o aumento da incidência do TEA, ao mesmo tempo em que cresce o número de mães solas em nossa sociedade. Tal fato contribui para uma elevação de mães que cuidam sozinhas de seus filhos com autismo. **Objetivo:** Diante do contexto, o presente estudo tem como objetivo compreender as dificuldades enfrentadas por mães solo de filhos autistas, principalmente, no que concerne ao acesso às políticas públicas existentes. **Métodos:** Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, tecendo análises a partir de fonte bibliográfica, tendo como base artigos e autores de referências sobre a temática. **Discussão e Resultados:** O autismo ainda é uma doença desconhecida, necessitando de políticas públicas que possam garantir um atendimento integral do indivíduo, bem como fortalecer a família diante do processo de cuidado (CUNHA, 2012). Os estudos sobre autismo na maioria das vezes estão atrelados a pesquisas que envolvem a família, pois essa é entendida como o principal elo entre o sujeito e a sociedade. (HAMER, MANENTE, CAPELLINI, 2014). Tendo em vista as dificuldades inerentes à prestação de cuidados continuados a indivíduos com autismo, estudos têm demonstrado a existência de altos níveis de estresse parental, principalmente nas mães. (Bosa, 2002; Schmidt & Bosa, 2007). No que concerne, ao acesso dos direitos garantidos pela Constituição e que são efetivados através das políticas públicas percebe-se demora no processo para aprovação e recebimento do BPC. **Considerações finais:** Verifica-se a necessidade de realização de estudos que apontem as problemáticas sociais enfrentadas por mães solas de filhos autistas, no intuito de ampliar as políticas públicas existentes, criando estratégias para sua efetivação.

Palavras-chave: Autismo. Mães solas. BPC. Políticas Públicas.

ações governamentais para refugiados em Fortaleza-CE

Raquel Mesquita Martins¹ e Lucileila de Sousa Cardoso Almeida²

1 Autor principal: Discente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

2, Co-Autora: Docente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

RESUMO

Introdução: A categoria Refugiados é debatida nos últimos anos ainda que a intolerância seja relatada na história mundial devido às guerras civis ou conflitos entre nações. Nesse sentido, tais expressões decorrentes dos refugiados venezuelanos repercutem nas cidades escolhidas por essas pessoas. Este problema trata-se do maior deslocamento de pessoas da história da América Latina sendo a maior expressão da Questão Social. Dentre os principais motivos que levam os refugiados a saírem de seus países geralmente estão relacionados a problemas incluindo; crise econômica, perseguição religiosa e política, fome e discriminação. Na tentativa de refúgio em outros países novos desafios se formam: adaptação a uma nova terra, clima e estilo de vida, bem como choques de identidades culturais, diferenças nas legislações e novas demandas em políticas públicas para a nação acolhedora, que não se preparou em estruturas e orçamentos públicos. No caso de refugiados Venezuelanos, a escolha por Fortaleza em 2019, trouxe diversos desafios para a gestão pública, nos despertaram interesse de pesquisa, e, portanto, gerando como **objetivos:** analisar as ações governamentais do Estado do Ceará em prol dos Refugiados. **Metodologia:** Para atingirmos os objetivos da pesquisa realizaremos uma abordagem em Fortaleza com as Secretarias: de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS). vamos efetuar a pesquisa na Secretaria Executiva de Cidadania e Direitos Humanos; Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS). Com os gestores pesquisando a história e protocolos e políticas para refugiados no Brasil, com o intuito de compreender quais os fatores que levam os refugiados a deixar sua pátria. Para podermos identificar os equipamentos sociais que se encontram em Fortaleza. Para atingir tais finalidades decidimos por uma metodologia de pesquisa documental, com consultas a dados secundários nos relatórios de gestão, notícias de jornais fotos, site de governo, monografias, artigos, dissertações e teses, mapeando assim as ações que o governo de Fortaleza fez ao atendimento aos refugiados venezuelanos no Brasil. **Resultados e Discussões:** Até o presente momento em Fortaleza segundo o relatório da Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2021) Fortaleza não dispõe do Serviço de Acolhida de Integração apoiados pela a organização das nações unidas por estado; não existe Alojamento de Trânsito, Serviços de Referência, Serviço e Apoios de Complementares, Centros de Acolhida e Integração que são financiados pela ACNUR. (fev. 2021). **Considerações Finais:** O Governo Estadual e Municipal com a pandemia não conseguirá lidar com essa problemática pois não há no momento um projeto que venha trabalhar com os refugiados sobre as questões assistências para serem desenvolvidas, para garantir a efetivação dos direitos humanos para possibilitar a convivência sendo uma das negligência para os mesmos, o que repercute no não acesso destes ao ao mercado de trabalho em Fortaleza causando a fome, mendicância, aumento da população em situação de rua, dentre outras expressões da

questão social. Consideramos necessário uma emergente ação governamental junto à Venezuelanos em Fortaleza a partir de cursos de português, profissionalizantes,

comidas fomento ao empreendedorismo, incentivo a promoção da sua cultura, escolas para seus filhos, e moradia, com a garantia do mínimo social.

Palavras-chave: Refugiados Venezuelanos. Ações Governamentais. Fortaleza-CE.

EIXO TEMÁTICO: GÊNERO, RAÇA/ETNIA, GERAÇÕES E SEXUALIDADE

O UNIVERSO FUJOSHI, ESPAÇO DE LIBERDADE DA SEXUALIDADE, PRECONCEITO E ACEITAÇÃO FEMININA NO MUNDO BOY LOVE

Atyllyana Pereira da Silva¹ Daniele Ribeiro Alves²

1 Autor principal: Discente do Curso de Serviço Social - Uninassau

2, Co-Autora: Docente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

RESUMO

Introdução As fujoshis são mulheres que consomem conteúdo em especial mangás que possuem temática com relacionamentos homoafetivos, onde o desenvolvimento dos personagens passa por todas as problemáticas, além da relação íntima entre os personagens, por esse motivo as fujoshis sofrem o preconceito dentro e fora da comunidade otaku. A mulher desde os primórdios do surgimento da sociedade patriarcal tem seu papel definido aquela que procria o sexo e a sexualidade não deve pertencer ao universo feminino. As fujoshis fogem desse padrão e encontram no conteúdo boy love uma forma de encontrar sua própria sexualidade e lutar contra as amarras impostas pela sociedade. **Objetivo:** Compreender como mangás e animes Yaoi/BL influenciam a construção da sexualidade das fujoshis, a partir das leituras e paixão pelos personagens. **Métodos:** Para a realização do presente estudo, foi utilizada a metodologia qualitativa. Para Minayo (2017), a pesquisa qualitativa tem menos preocupação com os aspectos que possuem uma repetição e fica mais atenta a sua dimensão sociocultural que se expressa através dos valores, cultura, crença, opiniões, representações, simbolismo etc. O intuito foi compreender como, a partir da leitura e vivência dentro da comunidade fujoshi, as mulheres conseguem adquirir uma segurança e uma liberdade da sexualidade, indo de encontro com o pensamento social, este condicionado desde o nascimento. Referente a estrutura qualitativa, será expressa através de uma pesquisa bibliográfica, evidências documentais e com cunho teórico e a análise de conteúdo. O instrumental utilizado foi a entrevista semiestruturada. Técnica social, interpretativa e informativa que consegue ultrapassar barreiras. Segundo Miguel (2009), a entrevista possui diversos usos dentro das ciências humanas, é um meio para que se chegue ao inter-relacionamento humano. A entrevista foi aplicada através de uma amostragem da comunidade fujoshis. Foram entrevistadas sete fujoshis, cinco delas do Ceará, das cidades de Fortaleza, Maracanaú e Sobral, uma da cidade de São Paulo e uma de Portugal. **Discussões e Resultado:** Para entender como o conteúdo Yaoi/BL tornou-se para as fujoshis um ponto de partida para entender sua própria sexualidade e quebras as “amarras” impostas pela sociedade sobre o comportamento e vida das mulheres, precisa-se entender como elas encontraram e se tornaram da comunidade. Percorrendo um caminho através da construção socio-estrutural da sexualidade feminina a partir da sociedade patriarcal, pode-se compreender que a sexualidade feminina foi utilizada pelos homens como dominação e submissão das mulheres a esse “pacto social”. O Yaoi/BL é um caminho de luta de algumas mulheres para quebrar as amarras e descobrir a sexualidade além de serem elas mesmas. **Considerações finais:** Ser fujoshi vai além de ser uma otaku. É entender que o amor vai além do gênero, que a

mulher pode e deve ter a liberdade de falar e vivenciar a sua sexualidade e que ser fujoshi torna-se uma luta contra a desigualdade de gênero.

Palavras-chaves: Sexualidade; Boy Love; Fujoshi; Patriarcado, Gênero.

RELAÇÕES EXPRESSAS NO ÂMBITO DO TRABALHO EMPREGADAS DOMÉSTICAS RESIDENTES DA SABIAGUABA

Debora Lessy Jerônimo da Silva¹

¹ Autor principal: Universidade Estadual do Ceará

RESUMO

Introdução: Este trabalho discute acerca do trabalho doméstico remunerado, a partir da compreensão de que esta é uma profissão ainda com um perfil bem característico, onde a maioria das trabalhadoras são mulheres, negras, pobres, moradoras de bairros periféricos e que, além de terem baixos salários, vivem em péssimas condições de trabalho. O trabalho doméstico e todas as suas particularidades estão associados às categorias de classe, gênero e “raça” as quais teremos como base nesta pesquisa.

Objetivos: O objetivo geral da presente pesquisa é compreender as relações de trabalho das domésticas inseridas no mercado de trabalho e que residem no bairro Sabiaguaba em Fortaleza-Ce e, quanto aos objetivos específicos, perceber como a Lei de Regulamentação da profissão de doméstica está sendo implementada na realidade das profissionais que residem no bairro Sabiaguaba; analisar as relações entre as domésticas e seus empregadores(as) no cotidiano de trabalho; verificar como esse trabalho doméstico remunerado implica na vida dessas mulheres e no seu cotidiano pessoal. **Metodologia:** A pesquisa, de caráter qualitativo, utilizou como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, documental e de campo, esta última realizada com trabalhadores residentes do bairro Sabiaguaba com faixa etária entre 34 e 42 anos, através de entrevista semiestruturada. Para análise, os dados foram classificados, categorizados e organizados em um documento.

Discussão/Resultados: O trabalho doméstico ainda carrega consigo características tradicionais do trabalho servil; apesar dos avanços na legislação, a flexibilização do trabalho, influenciada pelo neoliberalismo, é um fator crucial para maior informalidade na área e exploração da força de trabalho, juntamente com as relações afetivas presentes no ambiente de trabalho das domésticas. Evidenciou-se que ainda existe muito estigma e discriminação com a profissão das domésticas e que isso influencia diretamente na não identificação das profissionais enquanto classe. **Considerações finais:** Dado o exposto, ao longo da construção deste trabalho buscou-se aprofundar o estudo acerca da realidade das trabalhadoras domésticas traçando objetivos e questionamentos que nos aproximasse com a temática e nos dessem respostas. Diante de todos os elementos aqui colocados, ressaltamos os principais fatores que levam à precarização do trabalho doméstico, muitos deles relacionados a construção social dos papéis ditos feminino e masculinos dentro de uma perspectiva racista e patriarcal que divide os trabalhos e os hierarquiza colocando as mulheres em desigualdade no mercado de trabalho. Ainda, vale ressaltar a instabilidade e exploração durante a atual crise sanitária e política, pois diante de uma pandemia, essas mulheres ficaram expostas em transportes públicos e nas casas dos seus patrões e patroas para garantir uma remuneração irrisória.

Palavras-chave: Trabalho doméstico. Condições de trabalho. Gênero. Sabiaguaba.

GÊNERO E VELHICE NO CONTEXTO FAMILIAR

Francisca Beatriz Soares da Silva¹ e Sâmea M. M. Alves¹

1 Autor principal: Discente do Curso de Serviço Social - Faculdade de Tecnologia do Nordeste

2, Co-Autora: Docente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

RESUMO

Introdução: O conceito de gênero na sociedade define o que é específico do homem e da mulher, essa definição estabelece atribuições específicas de cada gênero. Culturalmente, sobre a mulher se estabelece a maior sobrecarga em relação ao homem, pois desde muito cedo os ambientes social e familiar impõe de forma desigual o que cada um deve fazer. Porém, essa definição tem mudado no cenário contemporâneo, haja vista que as mulheres estão cada vez mais inseridas no mercado de trabalho, bem como mais imponderadas. Ocorre que esta transformação impacta também no cuidado com as pessoas idosas de cada núcleo familiar, apontando para uma realidade que tem se elevado nas últimas décadas, a saber: a velhice institucionalizada. O presente artigo tem como **objetivo** refletir sobre o envelhecimento feminino, com um recorte sobre o papel que a mulher ocupa no núcleo familiar.

Metodologia: O presente estudo possui natureza qualitativa e utilizou as pesquisas dos tipos bibliográfica e documental. Com o intuito de contribuir para o embasamento teórico, para alcançar mais informações de uma forma abrangente, foi diante das contribuições dos autores: Goldani, Minayo, Alcântara, Beauvoir. **Resultados e Discussão:** Através desses autores foi possível verificar como o gênero feminino está relacionado com o ambiente familiar, e a importância do papel da mulher nessa instituição de família. Assim sendo, percebe-se que a família vem passando por inúmeras mudanças, na sociedade contemporânea, e que, **Considerações Finais:** com a inserção da mulher no mercado de trabalho, tem contribuído para alteração significativa do modelo da família tradicional.

Palavras-Chave: Gênero. Família. Velhice.

SERVIÇO SOCIAL E OS IMPACTOS DO ISOLAMENTO SOCIAL PARA A TERCEIRA IDADE

Jeisy Anne Nascimento de Alencar Peixoto¹, Aglailton da Silva Bezerra² e Juliana Alves do Nascimento³

1 Autor principal: Uninter Fortaleza

2 Co-Autor: Universidade Estadual do Ceará

3 Co-Autora: Escola de Saúde Pública

RESUMO

Ao longo dos anos ficou cada vez mais perceptível a necessidade de compreensão sobre a velhice e seus impactos no tocante ao debate sobre gerações. Assim, envelhecer seria uma questão importante de análise por diferentes percepções, seja através das culturas, da organização das sociedades, do atendimento via políticas públicas, do encontro com outras fases da vida como as juventudes etc. Em curso, essa temática vem sendo objeto de reflexões e pesquisas, sobretudo quando percebemos o aumento desta população. Em tempos passados, pontuamos que os velhos eram respeitados/as e suas existências eram reverenciadas diante de suas representações e importâncias, tais como o ato de orientar as pessoas mais jovens, assim as pessoas envelhecidas eram vistas como sábias/as. Com o desenvolvimento da sociedade e a evolução da mesma através Revolução Industrial são reveladas algumas transformações diante dos princípios e valores compartilhados com a presença dessas pessoas, o homem então passa a ser tido como produtivo ou não produtivo a partir de sua idade garantindo um lugar definido para aqueles/as que poderiam produzir com mais facilidade, os/as jovens por exemplo. Enquanto as pessoas idosas restava a exclusão por não serem dotados de força tal como outras pessoas de idade inferior apresentavam, daí temos um cenário de marginalização da pessoa idosa e negação de suas existências a partir do momento que o idoso é visto como improdutivo e sem produzir, em um contexto capitalista, não tem espaço para sua permanência. O espanto com a possibilidade de envelhecer gera vários estigmas, sobretudo ao público mais jovem ao confirmar essa percepção de não possuir valor. A partir do momento que a sociedade foi tornando-se idosa novas concepções passaram a existir e as singularidades desta população provocaram o surgimento de Políticas Públicas frente suas necessidades fundamentais e subsídio dos movimentos sociais no Brasil. Um dos marcos mais importantes foi a Constituição Federal em 1988, considerada cidadã diante de sua escrita voltada para as demandas sociais, em seguida pontua-se a criação da Política Nacional do Idoso em 1994 e regulamentada em 1996. Em 1997 inicia-se a discussão sobre o Estatuto do idoso que se efetiva em 2003. Essa conquista regularizou direitos específicos desse público, inserindo-os nas demais políticas sociais do país. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2019, o Brasil tem 28 milhões de pessoas idosas, população que equivale a um grande quantitativo de usuários atendidos por Assistentes sociais. Diante de todo esse contexto pandêmico da Covid-19, alguns/as idosos/as, os quais já vivenciavam uma realidade de isolamento percebem seus vínculos cada vez mais fragilizados e sendo alvo de outras negações nos espaços domiciliares frente a necessidade de estarem reunidos/as com todas as pessoas daquela família. Ao

Serviço Social, enquanto categoria interventiva é possibilitado refletir sobre esses impactos e acompanhar essa pessoa diante de suas especificidades garantidos-lhe o direito de uma convivência familiar harmonizada conforme preconiza a legislação.

Palavras-chave: Velhice. Serviço Social. Pessoas idosas. Pandemia.

PANDEMIAS E GÊNERO:IMPACTOS SOCIAIS DA PANDEMIA DA COVID-19 EM MULHERES COM HIV

Juliana Alves do Nascimento¹, Aglailton da Silva Bezerra² e Jeisy Anne Nascimento de Alencar Peixoto³

1 Autor principal: Discente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

2. Co-Autora: Docente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

RESUMO

A contemporaneidade vivencia a quarta década de epidemia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids). Tal diagnóstico é ainda permeado de tabus e preconceitos principalmente se atrelado às questões de gênero. Apesar das pesquisas apontarem que as mulheres infectam-se menos que os homens pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), elas possuem particularidades que precisam ser discutidas. Os impactos das expressões da questão social vivenciadas por mulheres com HIV estão sendo alvos de pesquisas, ainda que de forma tímida, há alguns anos. Contudo, a Pandemia da nova COVID-19 trouxe diversos impactos para as realidades sociais que também precisam ser discutidos para o fomento de intervenções futuras. Necessidades estas que se justificam principalmente quando estamos falando de uma parcela da população que está vivenciando impactos de duas pandemias que interferem nas mais diversas questões sociais, estruturais e morais. Ou seja, as demandas de saúde clínica, mental e biológica, além das questões presentes nas demais políticas públicas, são vivenciadas concomitantemente por essas mulheres que são alvo destas duas pandemias. Sendo assim, o objetivo deste resumo é compreender os impactos sociais da pandemia da COVID-19 em mulheres vivendo com HIV. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo e de revisão bibliográfica, que teve como referencial teórico as publicações dos cadernos e manuais mais recentes do Ministério da Saúde do Brasil, além de obras que abordam como pauta principal as questões de gênero. Conforme o Boletim Epidemiológico de 2019, no Brasil foram notificados por meio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), 300.496 casos de infecção pelo HIV de 2007 a 2019. Desse total, 93.220 (31,0%) são casos em mulheres. Ocorre que a saúde da mulher precisa ser trabalhada para além do contexto de reprodução e maternidade, englobando, ademais, todas as suas especificidades e demandas. Com isso, em 2007 foi criado, pelo Ministério da Saúde, o Plano Integrado Nacional para Enfrentamento da Feminização da Epidemia de HIV/Aids, que buscava através da descentralização e sustentabilidade trabalhar em conjunto com as instituições do Sistema Único de Saúde (SUS), da sociedade civil e demais entes para a promoção e efetivação da saúde da mulher em sua integralidade, compreendendo que saúde não é apenas a ausência da doença, mas sim o cuidado que envolve o aspecto físico, mental e social. Quanto os impactos da COVID-19, além do desemprego, insegurança, doença e mortes que impactaram todos os moradores do planeta terra, as mulheres foram alvo de outros grandes índices, tais como o aumento dos casos de violência contra a mulher, aumento de tarefas domésticas, duplas e até triplas jornadas de trabalho além das intervenções de Instâncias públicas no período gestacional. Assim, nota-se a necessidade de mais programas e políticas públicas voltadas para a saúde das mulheres em sua pluralidade, pois é por meio da equidade e

justiça social que alcançaremos uma sociedade mais justa e igualitária.
Palavras-chave: Mulheres. HIV. Pandemia. Serviço Social.

INSTAGRAM E ANTI-FEMINISMO: A NEGAÇÃO DOS FEMINISMOS POR PARTE DE MENINAS ADOLESCENTES

Luana Pereira Amora de Menezes¹, Daniele Ribeiro Alves²

1 Autor principal: Discente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

2, Co-Autora: Docente do Curso de Serviço Social - Faculdade Rodolfo Teófilo

RESUMO

A proposta deste estudo é compreender como meninas adolescentes negam os “feminismos” através da administração de páginas antifeministas no aplicativo *Instagram*. Nota-se, na medida em que os movimentos feministas seguem crescendo, sua oposição também se dissemina, entre pessoas de vários contextos e diferentes idades. Para isso, o presente trabalho busca entender os fatores que levaram essas adolescentes a negarem tais movimentos; como estas popularizaram essa negação na rede social Instagram; e suas concepções sobre o antifeminismo, bem como, suas críticas ao tema em questão. Essa pesquisa encontra-se em andamento e faz parte da observação de caráter exploratório. Metodologicamente com a abordagem qualitativa, busca-se apreender as subjetividades dos sujeitos e seus relatos acerca da temática (GOLDENBERG, 2004), trabalhar com opiniões, valores, crenças dos sujeitos, e nos aprofundar nos fenômenos sociais e particularidades destes, e além disso, propiciar níveis da realidade a partir de dados, indicadores e tendências observadas, como caracterizava Minayo (1993). Pretende-se fazer uso de pesquisas bibliográficas, entrevistas, conversação em rede e análise em rede, conforme autores Marconi & Lakatos (2003) e Recuero (2012). Para Zimberg (2018), as anti feministas e seus ideais partiram da premissa do papel maternal e familiar, considerando o feminismo um movimento que ameaça o formato de família tradicional, pois, estas defendem o papel da mulher como dona do lar e responsável pelo bem-estar familiar, enquanto o homem seria provedor do lar, ou seja, defendem os papéis sociais pré-estabelecidos. Nesse viés, o intuito é compreender as perspectivas das antifeministas adolescentes (ZIMBERG, 2018; FRANÇA, 2018) que fazem uso de uma rede social para disseminar suas ideologias. Assim, estão sendo observadas três páginas antifeministas no Instagram, que são administradas por meninas adolescentes. Os resultados apontam, contudo, para uma sucessiva negação do público feminino, com faixa etária entre 13 e 17 anos disseminada socialmente com o auxílio tecnológico. Os discursos antifeministas nas redes sociais sustentam argumentos com a divulgação de condutas tidas como fora do padrão do que é ser mulher e/ou dos valores familiares. Sem dúvida, a trajetória dessas garotas é atravessada por ideologias familiares, amizades e, acima de tudo, pelos debates, totalmente descontextualizados, nas redes sociais, dos feminismos.

Palavras-chave: Antifeminismo. Rede social. Adolescentes

(DES) CONSTRUÇÃO DA MATERNIDADE: VIVÊNCIAS PROCESSO ADOTIVO NO “ABRIGO TIA JÚLIA”

Luiza Ruth Assunção Vasconcelos¹

¹ Autor principal: Universidade Estadual do Ceará - UECE

RESUMO

Introdução: Esse trabalho aborda a construção da maternidade a partir das análises sobre as vivências das mulheres durante o processo de adoção de crianças e adolescentes. O ato biológico de gerar e acolher uma criança na condição de filho ou filha, perpassa a vida das mulheres desde a pré-história, porém foi somente em meados do século XVIII e início do século XIX, conforme aponta Badinter (1985) que a maternidade passa a ter comportamento social e caráter afetivo que legitima tal atitude, a partir de então, os desdobramentos da maternidade surgem na vida dessas mulheres de diferentes formas. **Objetivo:** Esta pesquisa tem como objetivo geral conhecer o perfil socioeconômico e familiar das mães adotantes, analisando as vivências durante a (des)construção da maternidade nos processos de estágio de convivência da adoção na Unidade de Acolhimento Institucional “Abrigo Tia Júlia”. **Metodologia:** A partir disso, buscou-se realizar um resgate sócio-histórico e jurídico da maternidade, família e da adoção, para em seguida, apreender os olhares, o perfil e as motivações das mulheres que procuram a adoção como forma de exercer essa maternidade, considerando a herança patriarcal e machista que marcam a história da mulher na sociedade brasileira, bem como o preconceito em relação à adoção. Para tanto, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e de campo, de natureza quantitativa e qualitativa, com o suporte do método materialista histórico dialético. As técnicas para coleta de dados foram: observação não participante e entrevista semiestruturada. Os dados foram examinados através da análise de conteúdo. Assim, entrevistou-se 5 mulheres em processo de adoção, na fase do estágio de convivência com os adotados, acompanhadas pela Instituição, campo da pesquisa, no período de janeiro a abril de 2020 e se percebeu a realidade das mulheres que adotam. **Discussões e resultados:** Nessa perspectiva constatou-se que as vivências que levam esse grupo de mulheres a procurarem a adoção como forma de constituição familiar, são: infertilidade, problemas de saúde que impedem uma gravidez saudável e o desejo altruísta de maternidade pela via não biológica. **Considerações finais:** Desse modo percebe-se, a necessidade de uma ampla e contínua discussão pelos diversos setores da sociedade, compreendendo que esse assunto ainda é visto com preconceito e esta pesquisa buscou contribuir com esse debate científico.

Palavras-chave: Maternidade. Família. Adoção.

PRECONCEITO CONTRA A MULHER: ORIGENS DESDOBRAMENTOS

Nara Jéssica Laurentino de Sousa¹

¹ Autor principal: Faculdade de Tecnologia do Nordeste - FATENE

RESUMO

A historicidade acerca da evolução da imagem da mulher na sociedade está intrínseca às questões de gênero e ao patriarcado, estas, categoricamente abordadas na fundamentação do movimento feminista. O gênero, absorvido em contextos amplos, mas aqui sob recortes voltados à mulher, e o patriarcado como categoria de domínio do homem sobre o tudo, principalmente sobre a figura feminina. A máxima constante sobre a divisão sexual do trabalho traz à tona não só a diferença entre homem e o animal, mas sim, quando relacionada ao viés de gênero, uma acentuação drástica de poder e dominação constituídos pela cultural submissão feminina. Nesse ponto sim, anos à frente da contextualização inicial do homem x mulher, temos a dinâmica capitalista como influenciadora das relações sociais e razão das questões sociais. Compreende-se que as relações de gênero e a desigualdade em torno da temática são pré-estabelecidas antes mesmo da emergência do capitalismo na sociedade. São estas especificações abordadas por Beauvoir e Badinter em algumas de suas obras: a construção e prevalência do homem sobre a mulher, as religiões e suas influências no meio social, a imagem da mulher que hora é trabalhada como deusa e depois reduzida a mera reprodutora e assim permeando a construção histórica da mulher como ser submisso. As contradições impostas pelo regime capitalista são inteiramente relacionadas às desigualdades sociais, logo, conclui-se que a categoria trabalho está inserida não somente como produtora de valor mas também como produtora reprodutora dos indivíduos, classes sociais e relações sociais¹. O eixo temático “preconceito contra a mulher” está incluído nessas categorias, tendo em vista a construção do homem e da mulher, fomentada culturalmente pelo patriarcado. Diante o exposto, o presente trabalho tem como objetivo geral apresentar as origens e desdobramentos referentes ao preconceito contra a mulher; como ramificações específicas apresentar obras relacionadas a historicidade da mulher na sociedade, identificar a relação entre o capitalismo e o preconceito contra a mulher e relatar as visões críticas acerca da figura feminina na contemporaneidade. O presente estudo utiliza-se o meio bibliográfico e a pesquisa de natureza qualitativa, visto que a construção se dá baseada nas perspectivas construídas através de leituras realizadas pela pesquisadora. Em meio aos fatos acima citados, a proposta do referido trabalho é pauta considerável na atuação do profissional de Serviço Social, haja vista que a profissão se caracteriza, desde o Congresso da Virada, anticapitalista, o que, portanto, implica colocar-se ideológica e praticamente na luta permanente contra o sistema e os valores liberal-burgueses, conforme sugere Behring (2009). Ademais, destaca-se a importância da participação feminina em movimentos sociais em prol da sua emancipação do sistema patriarcalista, este que influi diretamente na cultura do preconceito contra a mulher.

Palavras-chave: Preconceito. Gênero. Capitalismo.

¹BEHRING, Elaine. Questão social e direitos. Pág. 06

RESUMOS EXPANDIDOS

A LEI 10.639/03 E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DE UMA IES PRIVADA EM FORTALEZA-CE

Maria da Conceição Reis Silva², Daniele Ribeiro Alves³, Joana Darc Matias do Prado Teles⁴, Narah Cristina Maia Teixeira⁵, Sâmea Moreira Mesquita Alves⁶

¹ Mestre em Planejamento e Políticas Públicas – UECE – *E-mail*: conceicao.silva@frrt.edu.br

¹ Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará-UFC

¹ Mestre em Serviço Social - UFRN

¹ Mestre em Sociologia - UFC

¹ Mestre em Políticas Públicas e Sociedade- MAPPS - UECE

1 INTRODUÇÃO

A Lei nº 10.639/2003 que institui a obrigatoriedade do ensino sobre as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana pelas Instituições trouxe para o debate o questionamento sobre como tal ensino deveria ocorrer nas faculdades para que esse ensino possibilita de fato a mudança necessária na sociedade. A Lei é, sem dúvida, um avanço, mas a sua prática ainda é um desafio para gestores e professores envolvidos no processo educativo. O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou em março e homologou em junho de 2004, as diretrizes para atendimento à Lei acima citada. É preciso ressaltar que desde os anos 1990 conceitos como cultura e diversidade cultural, além de identidade e relação étnico-racial já constavam nas normatizações do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Segundo Nascimento (2007) o debate mais acirrado acerca das questões raciais se intensifica a partir da criação da Legislação e, com a posse do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a questão das ações afirmativas ganha mais destaque na sociedade e no âmbito governamental e da união. Foi criada, ainda, a SEPPIR-Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial – órgão federal criado especificamente para propiciar a promoção da igualdade. Após essas ações, foram instauradas comissões, fóruns e conselhos e concebidos alguns programas, secretarias e ministérios.

Ainda nesse âmbito, em 2004 a Secretaria de Educação Superior avançou em muitos aspectos em relação às políticas de ações afirmativas no Ensino superior.

2 OBJETIVOS

O presente resumo visa compreender a Lei 10.639/03 como política de ação afirmativa no âmbito das relações étnico-raciais no curso de Serviço Social em uma IES privada em Fortaleza. Tendo como objetivos específicos, conhecer a história do

negro no Brasil e identificar as maneiras utilizadas pela IES para implementação dessa lei.

3 METODOLOGIA

A pesquisa, quanto à sua natureza, é pura, ou seja, procura novos conhecimentos sobre determinado tema, quanto à sua abordagem é qualitativa, bibliográfica e exploratória, sendo também descritiva, pois procura descrever as características de determinadas populações ou fenômenos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As relações étnico-raciais estão presentes em quase todas as discussões no âmbito educacional, tanto nos ensinos fundamental e médio quanto no ensino superior. Isso só foi possível após a alteração na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) no ano de 2003, quando através da Lei 10.639/03 alterando a 9.394/96, se instituiu a obrigatoriedade do ensino no que diz respeito à história africana e afrodescendente. Apesar de seu caráter sucinto, (com apenas três artigos), a Lei nº 10.639/2003 repercutiu de modo significativo no campo das relações étnico-raciais no Brasil e, sobretudo, no contexto das práticas pedagógicas escolares (JESUS e GOMES, 2013).

Outra ação importante foi a inclusão do tema transversal sobre pluralidade cultural nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do ensino fundamental (MATTOS; ABREU, 2012). Os parâmetros trazem a discussão sobre o que é ser negro no Brasil, ratificando que a identidade negra não se limita a características físicas, mas é também uma escolha política pautada pela luta contra a discriminação histórica e constante, tornando a possibilidade do ensino sobre tal assunto ainda mais complexo. Munanga (2012) corrobora ao dizer que o ensino pressupõe um problema ainda maior. Segundo ele, "a África é tão complexa e diversa que fica difícil definir por onde começar, sobretudo quando se trata de uma disciplina de iniciação do jovem num terreno repleto de preconceitos acumulados" (MUNANGA, 2012, p. 09).

No ensino superior, a resolução considera que essas questões devem ser inseridas, principalmente, nas disciplinas dos cursos de licenciatura, porém podem ser desenvolvidas de várias maneiras dentro da IES. Além da inserção nas disciplinas curriculares e conteúdos das mesmas, também podem ser apresentadas em diversas áreas tais como, atividades complementares, extensão, atividades extracurriculares e de iniciação científica e pesquisa.

Normalmente as faculdades aproveitam a comemoração do Dia da Consciência Negra, no dia 20 de novembro (data do aniversário de morte de Zumbi dos Palmares, que também fora instituído na citada Lei) para desenvolver atividades sobre a questão étnico-racial, mas tais atividades ficam circunscritas a tal data, o que limita e restringe os debates.

As Instituições de nível superior devem inserir em suas matrizes as questões africanas e afrodescendentes de acordo com os termos especificados no Parecer do Conselho Nacional de Educação, na Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004, que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, sendo levados em conta nos processos de credenciamento, recredenciamento, autorização e

reconhecimento de cursos. A legislação nesse sentido, objetiva proporcionar ao educando valores que procurem fazer com que os indivíduos, como seres sociais que são, respeitem a pluralidade étnica que existe no país e sejam difusores dessas questões pelo Brasil, quiçá pelo mundo.

A educação das relações étnico-raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. (BRASIL, 2004).

Muitas ações afirmativas já foram criadas na tentativa de amenizar a desigualdade que impera no país por conta da cor da pele das pessoas, dentre elas há uma que já foi muito debatida e ainda é muito polêmica acerca da questão afrodescendente, o sistema de cotas raciais, onde há uma reserva para quem se autodeclara como negro ou pardo nas universidades e concursos públicos. Essa ação se iniciou por volta da década de 1960 nos EUA, na tentativa de diminuir as desigualdades econômicas entre brancos e negros naquele país. No Brasil, o sistema de cotas esteve em evidência nos anos 2000 por conta de uma Lei Estadual obedecida pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), que disponibilizou 50% das vagas no processo seletivo para estudantes oriundos de escolas públicas do Estado. No entanto, as políticas de cotas raciais só foram utilizadas pela UnB no ano de 2004 como uma tentativa de atenuar os danos causados àqueles que sofreram em função de sua origem. (NASCIMENTO, 2007).

É importante a consideração sobre as tentativas de assimilação, por parte das escolas, das etnias submetidas política e ideologicamente à lógica dos colonizadores. Aos negros e seus descendentes, por gerações, foi negada a possibilidade de aprender a ler, e quando esse direito foi garantido seu objetivo era convencê-los de seu lugar de subalterno em uma sociedade de brancos, que ocupavam destacados cargos de poder (NASCIMENTO, 2007).

O governo federal, na época, criou o ProUni, que oferta bolsas em IES privadas a estudantes de baixa renda, que reserva um percentual ao cidadão que se autodeclare negro, pardo ou indígena. Soma-se a tudo isso, o anteprojeto de lei da Reforma Universitária, que tramita na Câmara dos Deputados e prevê a implantação de políticas afirmativas nas instituições federais de Ensino Superior. O argumento se baseia nos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE) onde consta que “a cor do campus é diferente da cor da sociedade: os brancos na sociedade somam 52% e no campus 72,9%; os negros na sociedade 5,9%, no campus 3,6%; os pardos da sociedade somam 41%, no campus 20,5%” (NASCIMENTO, 2007, p.18).

Na IES privada em questão, consta no seu Projeto de desenvolvimento institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) a inserção do ensino da história e cultura africana e afrodescendente, porém, na prática, no que diz respeito a ações afirmativas tem-se a cada semestre exposições e palestras para a comunidade acadêmica, apresentações acerca da música, religiosidade, culinária, arte, entre outras, com o intuito de conscientizá-la da importância do combate ao racismo.

É importante ressaltar que a condução das relações étnico-raciais deve, conforme o Conselho Nacional de Educação (CNE), ter como referências os princípios de “consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e de

direitos. Ações de combate ao racismo e a discriminações. Mas, somente nos descobriremos de fato multiculturais quando os oprimidos reagirem. Segundo Jesus e Gomes (2013), o multiculturalismo só surge enquanto reação contra a ideologia de assimilação aos conceitos europeus. É papel fundamental da escola proporcionar o debate e a conscientização para que essa reação seja possível. É papel de cada educador proporcionar as condições de possibilidade para que esse caminho seja percorrido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da luta dos negros é pautada em dificuldades e em conquistas e, apesar dos ainda vários problemas encontrados pela comunidade de afrodescendentes no Brasil, ações afirmativas sobre as relações étnico-raciais estão sendo desenvolvidas nas instituições de ensino superior, voltadas para a tentativa de superação dos limites impostos às pessoas que, em função de aspectos que não os relativos à personalidade ou caráter, são submetidas a tratamentos excludentes, preconceituosos e absurdamente impróprios apesar de todo o avanço já conquistado.

Espera-se que com esse trabalho possa-se debater quais são as ações necessárias para a ampliação das ações afirmativas no âmbito institucional pois, se somente restrita às atividades de alguns professores, ela pode não ter a sequência e frequência necessárias para, de fato, gerar o valor desejado, que é a ampliação da percepção sobre a importância do debate sobre as relações étnico-raciais e a superação do preconceito ainda tão aguerrido em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: 2004.

_____. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2003.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

JESUS, Rodrigo Ednilson; GOMES, Nilma Lino. Panorama de Implementação da Lei 10.639/03: Contribuições da pesquisa práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola. In: SILVA, Tatiana Dias; GOES, Fernanda Lira (Orgs). **Igualdade Racial no Brasil: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes**. Brasília: Ipea, 2013.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha. Uma conversa com professores de História sobre as Diretrizes Curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o

ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. In: DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe; ABREU, Martha. **O negro no Brasil: trajetórias e luta em dez aulas de história**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

MUNAGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: Histórias, línguas, culturas e civilizações**. São Paulo: Gaudi, 2012.

NASCIMENTO, Alexandre. **Por uma Política de Ação Afirmativa na Educação Básica**. In: ROSA, Renata de Melo Rosa. **Os Cursos Pré-Vestibulares Populares como Prática de Ação Afirmativa e Valorização da Diversidade**. Brasília: UNESCO, 2007.

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E AS INTERFACES EXISTENTES COM A SAÚDE, EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID-19

Daniele Ribeiro Alves¹; Maria da Conceição dos Reis Silva²; Narah Cristina Maia Teixeira³; Joana Darc Matias do Prado Teles⁴; Sâmea Moreira Mesquita⁵.

¹ Autora Principal: Doutoranda em Sociologia na Universidade Federal do Ceará;

² Co-Autoria: Mestrado Políticas Públicas na Universidade Estadual do Ceará

³ Co-Autoria: Mestrado em Sociologia na Universidade Federal do Ceará

⁴ Co-Autoria: Mestrado em Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte

⁵ Co-Autoria: Mestrado Políticas Públicas e Sociedade- MAPPs na Universidade Estadual do Ceará

1 INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher baseia-se nas relações hierárquicas e desiguais de gênero. Apesar de vários avanços na luta no que se refere a tal fenômeno, como a Lei nº 11.430, conhecida como Lei Maria da Penha, essa prática ainda é presente no cotidiano de várias mulheres.

Estudos internacionais, como das Organizações das Nações Unidas – ONU Mulher vêm alertando que a pandemia COVID-19 agudizou a violência contra mulheres, com alerta para os marcadores de classe social, raça e etnia. Isso, no entanto, é gerador de repercussões drásticas na saúde feminina.

Desde 1990, a Organização Mundial de Saúde já reconhece a violência contra a mulher como um problema de saúde pública, que exige dos governantes políticas públicas mais eficientes no enfrentamento desse fenômeno. Nesse momento pandêmico, onde há a convivência forçada com o agressor, é notório o aumento de violência contra a mulher, acarretando graves consequências no âmbito da vida e da saúde da mulher.

2 OBJETIVOS

Diante do que foi explanado, o objetivo geral deste estudo é compreender a violência contra a mulher e as interfaces existentes com a saúde, em tempos de pandemia COVID-19. Como objetivos específicos, iremos discorrer, analiticamente, sobre as relações de gênero; apresentar legislações no que se refere a relação entre saúde e violência contra a mulher e destacar a dados do enfrentamento à violência contra a mulher.

3 METODOLOGIA

Origina-se este texto de inquietações, análise de dados e pesquisa bibliográfica. Quanto à questão metodológica, importa destacar a utilização da análise documental (FREHSE, 2005) de legislações específicas de enfrentamento a violência contra a mulher e de dados estatísticos a respeito da temática.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O nosso enfoque aqui é analisar a violência, como faz Porto (2010, p. 17), “[...] a partir de conteúdos de normas e valores que, na condição de representações sociais, informam práticas sociais e orientam condutas de indivíduos, em seu cotidiano”. Mais especificamente, focamos na violência contra a mulher, baseado em questões de gênero.

Vale lembrar, entretanto, que o gênero dos indivíduos é uma ficção cultural, uma estilização repetida do corpo dentro de um enquadramento regulatório muito rígido no qual os seres humanos estão inseridos, (BUTLER, 2000). A violência de gênero está embasada em relações de poder historicamente desiguais.

Sob esse aspecto, o assassinato de mulheres, por questões de gênero, é a manifestação mais atroz da violência contra a mulher. Origina-se na intrínseca relação entre poder e masculinidade que constitui a matriz relacional hegemônica das relações sociais de gênero. (BANDEIRA, 2008). É um fenômeno quase sempre em consequência da desigualdade de gênero, que envolve, portanto, ciúmes, dominação, disfarçados em amor, que pretendem justificar os comportamentos fatais. (OSTERNE, 2005; BLAY, 2008)

Nesse sentido, a violência contra a mulher, na concepção de Bandeira & Suárez (2002, p.307) é uma ação que “envolve o uso da força real ou simbólica por alguém com a finalidade de submeter o corpo e a liberdade de outro. A violência aparece como tentativa de estender a própria vontade sobre a alteridade”.

Essa trama das relações sociais é permeada por valores patriarcais, construídos ao longo da história, que separa de forma misógina os lugares ocupados por homens e mulheres, assim como suas funções na sociedade e na família. Assim, é posto culturalmente a ideia do poder do homem sobre a mulher, tratando-a como objeto.

O espaço privado, portanto, torna-se, contudo, ambiente de diversos tipos de violências contra as mulheres, seja física, psíquica, moral, sexual e patrimonial. Acirrando-se ainda mais com o isolamento social atrelado à pobreza, pelo convívio em pequenos espaços e aumento das dificuldades financeiras.

Os serviços de assistência social, saúde e policiais são, geralmente, as portas de entrada de proteção à mulher em situação de pobreza, todavia, o medo do vírus ao sair de casa, o acesso limitado a esses locais são potencializadores da violência contra a mulher.

Todavia, dados retirados do portal do Governo do Estado do Ceará revelam que “o atendimento da Casa da Mulher Brasileira (equipamento que atua com rede de proteção e atendimento humanizado às mulheres) que foram vítimas de violência não parou durante a pandemia. Alguns serviços passaram a ser oferecidos de forma remota, mas a recepção e a Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza seguem funcionando de forma presencial, 24 horas por dia. De junho de 2018 a janeiro de 2021, o equipamento realizou 50.088 atendimentos às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar – números referentes aos primeiros atendimentos presenciais e remotos”.

É importante ainda que trabalhadores da saúde identifiquem situações de risco, de modo a não reafirmar orientação para o isolamento doméstico nessas situações. Nesse sentido, há a necessidade de capacitação, refletindo sobre

necessidades e possibilidades de intervenção profissional nos casos de violência contra a mulher: marcadores sociais como o próprio gênero, além da raça, classe social.

Importa destacar a Lei 13.427 de 30 de março de 2017, que não traz apenas uma ação/serviço - ela altera o artigo 7º da LOS 8.080/90 e inclui um NOVO PRINCÍPIO, que garante às mulheres a organização de atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral.

Por fim, há ainda, muito recente, diante do cenário de duas pandemias: da COVID-19 e da violência contra a mulher, a Lei Nº 17465 de 06 de maio de 2021, que dispõe : art. 1º Fica instituída a prioridade de atendimento às Mulheres vítimas de violência nas unidades de saúde da rede pública e privada do Estado do Ceará, com o objetivo de garantir assistência médico-hospitalar e minimizar os agravos resultantes da violência.

5 CONCLUSÕES

A importância do acolhimento nos serviços de saúde é essencial. A portaria Nº 2.446, de 11 de novembro, de 2014, redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS, destacando no seu art. 6º, como objetivo geral promover a equidade e a melhoria das condições e modos de viver, ampliando a potencialidade da saúde individual e da saúde coletiva, reduzindo vulnerabilidades e riscos à saúde decorrentes dos determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais).

Diante disso, é preciso entender que a violência contra a mulher é uma questão cultural, política, social e de saúde atravessada por questões de classe, raça e gênero. Contudo, os profissionais de saúde precisam ser capacitados para identificar e proceder para os casos de violência em questão, desmistificando opiniões do senso comum e gerando uma escuta qualificada, reflexiva e de empatia/apoio ao “outro”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, L. M. Prefácio. In: Eva Alterman Blay. (Org.). **Assassinato de Mulheres e Direitos Humanos**. São Paulo: 34, 2008. pp. 7-13.

BLAY, Eva Alterman. **Assassinato de mulheres e Direitos Humanos**. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 334, 2008. 248 p.

BUTLER, Judith. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo”. In: Louro, G. L. (Org.) **O corpo educado** – pedagogias da sexualidade. 2 ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000. p.151 – 172.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Violência nas relações sociais de gênero e cidadania feminina**: análise das ocorrências na Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza. 2005. 266 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco.

FREHSE, Fraya. Os informantes que jornais e fotografias revelam: para uma etnografia da civilidade nas ruas do passado. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, nº 36. jul-dez, 2005, p. 131-156. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2247>>. Acesso em: 30 jul.

2017.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Sociologia da Violência**: do conceito às representações sociais. Brasília: Editora Francis, 2010.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: BREVES REFLEXÕES SOBRE FORMAÇÃO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Sâmea Moreira Mesquita Alves⁷, Daniele Ribeiro Alves⁸, Joana Dar’c Marias do Prado Teles⁹, Maria da Conceição Reis Silva¹⁰, Narah Cristina Maia Teixeira¹¹

¹ Mestre em Políticas Públicas e Sociedade- MAPPS - UECE

¹ Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará-UFC

¹ Mestre em Serviço Social - UFRN

¹ Mestre em Planejamento e Políticas Públicas – UECE – *E-mail*: conceicao.silva@frc.edu.br

¹ Mestre em Sociologia - UFC

1 INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado em Serviço Social configura-se como uma atividade curricular obrigatória, instituído pelas Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996) do curso de Serviço Social e pela resolução n°. 533 de 2008 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) que trata, especificamente, da supervisão direta. A experiência do estágio supervisionado permite ao discente do curso de Serviço Social uma aproximação direta com o cotidiano profissional do assistente social, que é permeado pelas diversas refrações da questão social e, são nestas refrações, que o profissional realizará a sua intervenção.

A supervisão de estágio vem trazer grandes contribuições no processo de formação do assistente social e propiciar ao aluno-estagiário um momento de aproximação com a ação profissional. Assim, este discente é possibilitado a realizar análises críticas, desvelar fenômenos e as expressões da questão social que emergem cotidianamente nos campos sócio-ocupacionais, onde os profissionais estão inseridos. Diante do exposto, o estágio supervisionado em Serviço Social configura-se como parte integrante no processo de formação profissional, e, deve possibilitar a construção da identidade profissional sendo concebido pelas Diretrizes Curriculares de 1996, que preconiza que o estágio deve capacitar o discente ao exercício do trabalho profissional e essa capacitação envolve a dimensão investigativa, reflexiva e interventiva da profissão, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética Profissional (1993).

Ao discorrer sobre estágio supervisionado e exercício profissional não se pode negligenciar as exigências e desafios contemporâneos à formação profissional. Os profissionais de Serviço Social são chamados a acompanhar as novas exigências de qualificação para uma inserção qualificada nos espaços ocupacionais.

2 OBJETIVOS

⁷ Mestre em Políticas Públicas e Sociedade- MAPPS - UECE

⁸ Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará-UFC

⁹ Mestre em Serviço Social - UFRN

¹⁰ Mestre em Planejamento e Políticas Públicas – UECE – *E-mail*: conceicao.silva@frc.edu.br

¹¹ Mestre em Sociologia - UFC

O presente resumo apresenta como objetivo geral ampliar o debate sobre o estágio supervisionado em Serviço Social. Para tanto, foram traçados os seguintes objetivos específicos: compreender o estágio supervisionado como parte integrada da formação profissional; E, refletir sobre exigências e desafios contemporâneos à formação profissional;

3 METODOLOGIA

O presente estudo possui natureza qualitativa, por meio das pesquisas dos tipos bibliográfica e documental, realizadas durante o ano de 2020.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estágio supervisionado em Serviço Social corresponde a um processo educativo e, portanto, reflexivo de ensino-aprendizagem. Neste, são envolvidos dois tipos de supervisões, a saber: supervisão acadêmica (embasamento teórico) e supervisão de campo (acompanhamento profissional *in loco*), delimitando, assim, um compromisso com um projeto político-pedagógico o qual aponta para a qualidade dos serviços prestados aos usuários, de modo geral, como sujeitos de direitos.

Entende-se, portanto, que a formação profissional em Serviço Social procura considerar um fundamento teórico-metodológico reflexivo do agir profissional, propiciando conhecimento crítico acurado da realidade, além de favorecer a elaboração de ações e estratégias para o enfrentamento das diversas refrações da questão social. É neste momento, de estágio, que o aluno poderá operacionalizar o conteúdo teórico já estudado no curso, através das suas vivências e descobertas diárias, logo, este espaço apresenta-se como uma fase privilegiada que envolve relação teoria e prática. (OLIVEIRA, 2003, p.111)

Conforme as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, o estágio supervisionado deve ser desenvolvido durante o processo de formação do discente, a partir dos desdobramentos dos componentes curriculares, simultaneamente, ao período letivo acadêmico. Com o intuito de capacitar o aluno para o mercado de trabalho, com base na aproximação profissional e conhecimento da realidade, a ser por ele decifrada posteriormente, esta prática deve ser realizada de forma direta e sistemática. e funções pré-estabelecidos¹².

Torna-se relevante ressaltar que, dentre as atribuições privativas do Assistente Social, o artigo 5º da Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/93) destaca também o "(...) VI – treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários/as de Serviço Social"; dada a relevância e preocupação com a supervisão de estágio no que se refere à capacitação do estudante para o exercício profissional, objetivando exercitar seu conhecimento nas realidades cotidianas institucionais.

Diante do panorama do mundo contemporâneo, percebe-se que inúmeros são os desafios à formação profissional do assistente social. A autora Lewgoy (2010) alerta que a capacidade de decifrar a realidade e elaborar propostas de trabalho criativas, de modo a concretizar direitos a partir das demandas surgidas no cotidiano

¹² O plano de estágio, o qual deve ser elaborado em conjunto entre Instituições de Ensino Superior – IES e campos de estágio devem nortear o processo de supervisão de estágio

profissional, surge como exigência para profissionais, e, porque não dizer também para estagiários.

O mercado profissional, de modo geral, busca profissionais capacitados para desempenhar com qualidade suas atribuições. Para o Serviço Social, o atendimento qualificado para com o usuário dos serviços prestados é um ganho imensurável, haja vista que seu público de atendimento, em sua grande maioria, corresponde à parcela da população mais sofrida, excluída é atingida pelas desigualdades sociais, geradas pelo sistema capitalista opressor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado em Serviço Social ocupa relevante espaço na formação acadêmica. Configurando-se como um dos espaços de legalização da profissão, o estágio supervisionado colabora para a elaboração de um perfil profissional crítico e propositivo, capaz de construir propostas profissionais diante do adensamento da questão social, e, conseqüentemente, de suas sequelas.

Refletir sobre estágio supervisionado permite compreender sua relevância, bem como situá-lo como parte interligada da formação profissional tanto acadêmica, quanto da prática profissional. Durante o processo de estágio supervisionado, o aluno tem a oportunidade de aproximar-se da realidade cotidiana, e de refletir sobre a atuação profissional do assistente social.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: 1996. _____. Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. 2009.

ABESS/CEDEPSS. Caderno ABESS n. 07. Caderno Especial: **Formação Profissional: trajetórias e desafios**. Cortez, São Paulo: 1996.

BRASIL. **Lei n. 8662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 8 jun. 1993. p.7.613. Acesso em: 20 dez. 2019.

CFESS. CRESS. **Código de Ética Profissional do (a) Assistente Social**. Brasília, DF. 1993.

LEWGOY, M. A. B. **Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e exercício profissional**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, C. A. H. S. **O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 25, n. 80, p. 59-81, nov. 2004

INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, VULNERABILIDADE SOCIAL E DROGADICÇÃO: UM OLHAR SOBRE A EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO MOVIMENTO DE SAÚDE MENTAL E COMUNITÁRIA DE FORTALEZA-CE

Aline de Araújo Martins¹, Daniele Ribeiro Alves², Juliana Pessoa Costa³, Narah
Cristina Maia Teixeira^{*4}, Maria da Conceição Reis Silva⁵

1. Universidade Estadual do Ceará
2. Universidade Federal do Ceará
3. Universidade Estadual do Ceará
4. Universidade Federal do Ceará; e-mail: narahcristinamaiateixeira@gmail.com
5. Universidade Estadual do Ceará

1 INTRODUÇÃO

O uso de drogas é um fenômeno antigo na história da humanidade e, atualmente, constitui um grave problema de saúde pública. Nas últimas décadas, estudos identificaram que o abuso dessas substâncias vem tomando parâmetros preocupantes, por vezes, trazendo sérios prejuízos à população, principalmente aos adolescentes e adultos jovens. A adolescência é uma fase peculiar na vida do indivíduo. Nessa etapa, o jovem tende a não aceitar orientações, pois está testando a possibilidade de ser adulto, de ter poder e controle sobre si mesmo. É um momento de diferenciação em que "naturalmente" afasta-se da família e adere ao seu grupo de iguais (VASTERS e PILLON, 2011).

No Brasil, nas últimas décadas, surgem estudos com levantamentos epidemiológicos sobre o aumento do consumo de álcool e outras drogas entre os jovens revelando que é na passagem da infância para a adolescência que se inicia esse uso. Diante desse contexto, surge a nova Política Nacional sobre Drogas (PNAD), que reconhece a necessidade de tratar o tabagismo, o uso de álcool e outras drogas também como um problema concernente à infância, adolescência e juventude, de modo a evitar o início do uso, além da assistência àqueles já em uso dessas substâncias (ASSIS e SILVA, 2019).

Ao longo da história, as substâncias psicoativas estiveram inseridas em diferentes culturas, possibilitando diferentes vínculos. Crives e Dimenstein (2003) relatam os fatores responsáveis pelo agravamento do uso de drogas na infância e adolescência, trazendo a construção dos embates de cunho moral e ideológico em torno do uso de substâncias psicoativas, somados à baixa prioridade política conferida ao assunto, que se manifesta na insuficiência de recursos financeiros necessários para garantir uma política de promoção, prevenção e tratamento, com profissionais capacitados de forma adequada e contínua.

Diante da problemática exposta, o tema é considerado relevante para que possamos entender e ampliar as formas de cuidado em saúde mental e as políticas sociais existentes no país. Sendo assim, o presente trabalho apresenta um recorte da pesquisa de avaliação do Projeto de prevenção às drogas e melhoria

do acesso aos serviços sociais de saúde – Sim à Vida”¹³ – desenvolvido em alguns bairros periféricos da Região Metropolitana de Fortaleza, especificamente na região do Grande Bom Jardim, Maracanaú e Pacatuba. Cabe destacar que o referido Projeto é conduzido pelo Movimento de Saúde Mental e Comunitária (MSMC) e teve financiamento da União Europeia por meio da CBM Christoffel-Blindenmission (CBM). O objeto desta pesquisa mostra-se relevante para contribuir para a formulação de novas políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes em vulnerabilidade social e na elaboração de novos projetos visando articular a rede de proteção de defesa dos direitos das crianças e adolescentes, além de realizar diálogos com gestores públicos e implementação de metodologias preventivas no âmbito das políticas.

2 OBJETIVOS

Este trabalho objetiva apresentar um recorte da pesquisa de avaliação do Projeto de prevenção às drogas e melhoria do acesso aos serviços sociais de saúde – Sim à Vida” – desenvolvido em alguns bairros periféricos da Região Metropolitana de Fortaleza, particularmente na região do Grande Bom Jardim, Maracanaú e Pacatuba. Especificamente, buscamos levantar reflexões em torno dos resultados apresentados pela referida avaliação, especialmente a partir da fala dos profissionais diretamente envolvidos no Projeto - assistente social, educadores sociais, arte-educadores, assistente social e psicóloga.

3 METODOLOGIA

A avaliação do “Sim à Vida” foi realizada em outubro de 2019 pela empresa “Ideia3 - Educação e Gestão”, que contou com uma das autoras deste trabalho como pesquisadora. Saliente-se que a pesquisa de avaliação contemplou a execução do Projeto de 2015 a 2019, tendo como fonte de dados os documentos institucionais, bem como a fala dos sujeitos envolvidos no “Sim à Vida” - profissional, usuários, famílias, coordenação, profissionais da rede, líderes comunitários.

Como o foco do presente trabalho é a avaliação realizada junto aos profissionais do “Sim à Vida”, cabe esclarecer que tanto profissionais quanto ex-profissionais participaram da pesquisa, sendo 8 atuantes e 1 ex-profissional do Projeto, totalizando 9 participantes. Os que ainda atuavam no “Sim à Vida” eram: 1 (uma) psicóloga, 1 (uma) assistente social, 1 (uma) coordenadora, 3 educadores de referência (Siqueira, Marrocos e Bom Jardim), 2 arte-educadores. Já a profissional que havia saído do projeto há 6 foi uma assistente social. Saliente-se que os profissionais atuavam em todos os territórios, exceto os educadores, pois cada um é referência de um território específico.

Quanto à técnica utilizada para a realização da pesquisa de avaliação junto aos profissionais, foi realizado um grupo focal, bem como houve a aplicação de um questionário no dia 13 de setembro de 2019, de 14h30 às 17h00, na unidade do “Sim à Vida” do bairro Bom Jardim. Saliente-se que tanto o questionário quanto o grupo focal buscaram, principalmente, sondar sobre o significado do Projeto para esses sujeitos, assim como sobre os pontos fortes e os pontos de melhoria. Cabe destacar que o número de pessoas foi suficiente, a participação da maioria foi efetiva (somente um foi menos participativo) e a organização do momento satisfatória.

¹³ O projeto “Sim à Vida” acolhe crianças e adolescentes de famílias vulnerabilizadas pela pobreza e extrema pobreza e realiza atividades socioterapêuticas, artísticas, musicais, teatrais, esportivas e inclusivas como forma de prevenir o uso de drogas e promover o acesso à saúde.

No que diz respeito aos aspectos éticos da pesquisa, os participantes foram convidados a assinar o termo de consentimento livre e esclarecido, após os esclarecimentos quanto aos objetivos da avaliação, bem como suas identidades foram resguardadas através da substituição dos nomes pelas seguintes identificações: profissional 1, profissional 2 e assim sucessivamente.

Por fim, é importante dizer que os dados coletados pelo questionário foram organizados em tabelas e gráficos e as falas captadas durante o grupo focal foram analisadas a partir das seguintes categorias: sentidos e significados do trabalho, capacitações, atividades e encaminhamentos realizados, relação com os usuários, família e comunidade, dentre outras.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a pesquisa foi possível perceber que há uma forte identificação dos profissionais com a proposta do “Sim à Vida”, especialmente com a Abordagem Sistêmica Comunitária (ASC)¹⁴, tecnologia adotada pelo Projeto. Consideram, inclusive, o trabalho como uma missão de suma importância a ser cumprida dentro da sociedade, não o reduzindo a um fazer meramente técnico-burocrático, configurando-se como um ponto forte do projeto.

Outra potencialidade do “Sim à Vida” são as formações e vivências recebidas pelos profissionais, podendo-se destacar: a formação em Abordagem Sistêmica Comunitária (ASC), o Cuidando do Cuidador, a formação em Planejamento, Monitoramento e Avaliação (PMA), os cursos em terapias integrativas¹⁵. De fato, todos os profissionais participantes da pesquisa haviam passado pela formação em Abordagem Terapêutica Comunitária, exceto o profissional 8 que estava somente há três meses no Projeto e, nesse sentido, aguardava a próxima formação. Para os profissionais, a ASC é uma perspectiva, uma tecnologia que só tem a contribuir com o trabalho social, especialmente na prevenção à dependência química. A rigor, os profissionais destacaram como principal contribuição dessa Abordagem, o olhar integral que ela lança sobre o público atendido e suas demandas, buscando, assim, realizar um trabalho que contemple às múltiplas dimensões e necessidades de indivíduos, familiares e comunidade.

Destaca-se que, somado à formação em ASC, os profissionais afirmaram ter passado por diversos cursos e vivências em terapias integrativas, o que ajudou a fortalecer a ASC e qualificar o trabalho. Os cursos mais citados foram Reiki e Biomagnetismo¹⁶. Em verdade, os profissionais relataram se sentirem “cuidados e “transformados” com a formação em ASC, o que traz um impacto muito positivo no trabalho que realizam, uma vez que atuar no “Sim à Vida” exige não só

¹⁴ De acordo com os documentos oficiais do MSMC a Abordagem Sistêmica Comunitária (ASC) é uma tecnologia do MSMC que busca trabalhar o equilíbrio biopsicossocioespiritual dos indivíduos através do empoderamento, das atividades de fortalecimento da autoestima e dos vínculos familiares e comunitários, das práticas integrativas. De fato, essa abordagem busca promover a prevenção, a cura e a inclusão socioeconômica, através de um sistema capaz de se manter vivo e autoproductivo.

¹⁵ De acordo com a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares-PNPIC (Portaria 971/2006), as práticas integrativas buscam estimular mecanismos naturais de prevenção de agravos e recuperação da saúde, através de uma visão ampliada do processo saúde-doença e a promoção do cuidado, principalmente do autocuidado. Pode-se citar como práticas integrativas o reiki, o biomagnetismo, a homeopatia, a acupuntura, a fitoterapia, dentre outras.

¹⁶ De acordo com a PNPIC (2006), o Reiki e o Biomagnetismo configuram-se como práticas integrativas, sendo o Reiki uma prática que busca restabelecer o equilíbrio do corpo, da mente e das emoções, através da imposição de mãos do terapeuta (mestre reikiano) sobre partes do corpo da pessoa que recebe o Reiki; enquanto que o biomagnetismo é uma técnica que funciona através de ímãs sobre o corpo buscando tratar doenças diversas.

conhecimentos teóricos, técnicos e éticos, mas competências subjetivas para lidar com questões desafiantes que envolvem problemáticas sociais complexas.

Um ponto forte bastante destacado pelos participantes da pesquisa durante o grupo focal e reforçado ao responder o questionário é o reconhecimento que os beneficiários do Projeto e a própria comunidade têm em relação aos profissionais do “Sim à Vida”. De fato, todos os profissionais concordam que o público atendido sente-se satisfeito quanto às ações e resultados do Projeto “Sim à Vida” e que, com isso, prestam apoio ao Projeto.

O reconhecimento de crianças, adolescentes e familiares fica evidente quando os mesmos tratam os profissionais como referências importantes na vida deles. Esse reconhecimento e essa confiança em relação aos profissionais do “Sim à Vida” também podem ser identificados na comunidade, principalmente quando os participantes da pesquisa relataram que os profissionais do Projeto têm acesso a localidades que nenhum outro profissional da rede de atendimento (Centro de Referência de Assistência Social, Posto de Saúde), pois é impedido pelos “chefes”¹⁷ do território. Percebe-se que esse reconhecimento e confiança de crianças, adolescentes, familiares e comunidade no Projeto impactam inclusive na possibilidade de busca ativa e encaminhamentos que permitam esses sujeitos acessarem as demais Políticas Públicas existentes no território. A rigor, durante o grupo focal, os profissionais relataram que a busca ativa, as visitas domiciliares em localidades que nenhum outro profissional da rede socioassistencial tem acesso, permite ao Projeto protagonizar a identificação de problemáticas “in locu”, assim como realizar encaminhamentos e viabilizar o acesso de crianças, adolescentes e famílias às demais Políticas Públicas. Ademais, o “Sim à Vida” tem se constituído essa “ponte de acesso” entre a rede e a própria comunidade, servindo inclusive de ponto de apoio para as demais instituições da rede de atendimento social, como é o caso do Posto de Saúde que requisitou o espaço do Projeto para poder vacinar as crianças, uma vez que muitos moradores não podem transitar para o território onde o posto se localiza. A fala a seguir é emblemática nesse sentido: “O posto de saúde está pedindo o nosso espaço porque lá o pessoal não pode passar, para poder vacinar as crianças.”. (Profissional 1) Em virtude da pobreza e extrema pobreza que vivem o público atendido do “Sim à Vida”, a alimentação é um ponto forte citado pelos profissionais e um atrativo para crianças, adolescentes e suas famílias. O espaço oferecido, em meio a escassez de Políticas Públicas de arte-educação e lazer, também é citado como um ponto forte.

Outras potencialidades do Projeto, citadas pelos participantes da pesquisa, foram: a adoção de procedimentos necessários para implementação, monitoramento e a avaliação, o alinhamento às Políticas de Prevenção às drogas e de saúde mental, a influência que o “Sim à Vida” exerceu sobre a rede de atendimento quanto à prevenção ao uso das drogas, o legado deixado para a sociedade, principalmente através da ASC enquanto tecnologia social de promoção da saúde física, mental, emocional e espiritual a ser reproduzida em outros projetos e instituições.

Como pontos de melhoria podemos citar, a partir da fala dos profissionais, a ausência de formação específica na temática sobre gênero, embora tenham relatado que discutem a temática em reuniões da equipe; a falta de capacitações sobre segurança de crianças e adolescentes; citam a necessidade de melhoria na estrutura do espaço, principalmente em relação à manutenção; necessidade de um maior reconhecimento do poder público em relação ao Projeto e à proposta do MSMC.

¹⁷ De acordo com os participantes da pesquisa, chefes de território são os traficantes que comandam a região.

5 CONCLUSÕES

Este trabalho buscou apresentar os resultados da pesquisa de avaliação do “Sim à Vida”, especificamente a partir da fala dos profissionais diretamente envolvidos com as atividades. De fato, buscou-se apresentar os sentidos do trabalho realizado para os profissionais, assim como sobre os pontos fortes e os pontos de melhoria do “Sim à Vida”. A partir disso, é possível realizar algumas recomendações de melhoria tanto para o “Sim à Vida” como serve de reflexão para outros projetos sociais de prevenção às drogas. Dentre os pontos fortes, podemos destacar os seguintes: identificação, envolvimento, compromisso dos profissionais com o público atendido e com a proposta do Projeto, formação em Abordagem Sistêmica Comunitária, reconhecimento, confiança e respeito do público atendido e da comunidade em relação aos profissionais do “Projeto Sim à Vida”, viabilização do acesso às demais Políticas Públicas, alimentação e espaço oferecido para comunidade. A partir dos pontos de melhoria apresentados nos resultados, seguem algumas recomendações: promoção de formações específicas em gênero e direitos sociais; formação em segurança infantil; maior divulgação e sensibilização do poder público em relação à proposta do MSMC e para apoio financeiro; melhoria no espaço, na segurança dos participantes do Projeto e profissionais.

Referências Bibliográficas

ASSIS, D. A. D.; SILVA, A. A. O impacto do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas na aplicação de medida de segurança, à luz da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. In: MIGUEL, V. V. R.; KALHED JR, S. H. **Direitos fundamentais na era dos extremos: a exceção como regra**. Florianópolis: Empório do Direito, 2019. p. 155-181.

BRASIL. *Política Nacional sobre Drogas* (Decreto n. 9761), de 11 de abril de 2019.
 CRIVES, M. N. S., & DIMENSEIN, M. (2003). Sentidos produzidos acerca do consumo de substâncias psicoativas por usuários de um Programa Público. **Saúde e Sociedade**, 12, 19-25.

IDEA3. **Relatório final de avaliação do Projeto “Sim à Vida (2015-2019)**, 2019.
 VASTERS GP, Pillon SC. O uso de drogas por adolescentes e suas percepções sobre adesão e abandono de tratamento especializado. **Rev. Latino-Am. Enfermagem [Internet]**. mar-abr 2011 [acesso em:12 de abril]. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rlae/v19n2/pt_13.pdf

INTENSIFICAÇÃO DO DESEMPREGO E DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Aline de Araújo Martins^{1*}, Joana Darc Matias do Prado Teles², Juliana Pessoa Costa³,
Narah Cristina Maia Teixeira⁴, Sâmea Moreira Mesquita Alves⁵

1. Universidade Estadual do Ceará; alineamartinss@hotmail.com

2. Universidade Federal do Rio Grande do Norte

3. Universidade Estadual do Ceará

4. Universidade Federal do Ceará

5. Universidade Estadual do Ceará

1 INTRODUÇÃO

Do final de 2019 até os dias atuais o mundo tem vivenciado uma pandemia do novo coronavírus SARS-CoV-2, que é uma família de vírus que causa doenças respiratórias por meio da Covid-19, que tem imposto mudanças no modo de vida da população, tendo esta que viver em medida de isolamento social.

Diante desse cenário, o desemprego tem se constituído uma das grandes problemáticas da contemporaneidade que tem se intensificado com o contexto pandêmico, trazendo impactos preocupantes para a população que depende de sua força de trabalho para sobreviver.

O fenômeno do desemprego estrutural se consolida a partir da década de 1970, sendo este período um marco do mundo contemporâneo, que trouxe consigo diversas transformações que se repercutem na esfera econômica, política, produtiva e social. Tais mudanças se deram especialmente em virtude da crise estrutural do capital (Mészáros, 2011). Para responder à sua própria crise, o capital se reestrutura, reorganizando seu sistema político e ideológico de dominação.

No âmbito da produção, tem-se um processo de reestruturação, expresso na produção flexibilizada. A acumulação flexível implica diretamente nos processos de trabalho, nas suas formas de gestão, assim como nos direitos dos trabalhadores e na sua na organização política. Aliada ao avanço da robótica, a acumulação flexível amplia o processo de substituição da força de trabalho vivo pelo trabalho incorporado aos meios materiais de produção, favorecendo, assim, o processo de precarização, o rebaixamento do valor da força de trabalho e o aumento do desemprego. Se esta problemática já vinha se intensificando desde os anos de 1970, com a crise do novo coronavírus o cenário torna-se ainda mais catastrófico.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) em sua mais recente publicação sobre os impactos da pandemia do novo coronavírus aponta que no ano de 2020 houve perdas significativas no que se refere às horas de trabalho e à renda dos trabalhadores, o que repercute em uma recuperação lenta, irregular e incerta para a ano de 2021.

No que se refere à realidade brasileira, o número de pessoas desempregadas no Brasil foi estimado em 14,4 milhões, tendo como base o trimestre entre dezembro de 2020 a fevereiro de 2021, significando o maior índice desde o ano de 2012. É o que será apresentado de forma mais detalhada neste trabalho.

2 OBJETIVOS

Esta pesquisa tem como objetivo realizar uma análise sobre a intensificação do desemprego e da precarização do trabalho no contexto da pandemia do novo coronavírus no contexto brasileiro.

3 METODOLOGIA

Para a realização deste estudo, realizou-se uma pesquisa documental e bibliográfica. A primeira se deu através de buscas de documentos, relatórios e levantamentos panorâmicos sobre a questão do desemprego e de seus impactos para os trabalhadores. A segunda se deu por meio de revisão de literaturas para a o embasamento teórico do estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em junho do ano de 2020 a Organização Internacional do Trabalho (OIT) ¹⁸, elaborou um novo panorama laboral dos países da América Latina e do Caribe no contexto da COVID-19, que aponta resultados ainda mais desastrosos. Segundo o relatório, A crise do novo coronavírus agrava as significativas dificuldades do mercado de trabalho, bem como as enormes desigualdades existentes nele. Isso se traduz em uma ampliação das desigualdades sociais, uma vez que a renda do trabalho representa a maior participação, em média em torno de 80%, da renda familiar total (OIT, 2020, p. 05).

Segundo a OIT a perspectiva para o ano de 2020 no que se refere ao desemprego foi a de que este deveria aumentar em cerca de 2,5 milhões, atingindo mais de 200 milhões de pessoas em idade produtiva e que postos de trabalho suficientes não estão sendo criados para acompanhar o crescimento global da população. O mesmo estudo apontou ainda que a desigualdade de renda também vem aumentando significativamente, estimando que a pobreza moderada ou extrema entre pessoas que trabalham suba neste ano e no ano seguinte nos países em desenvolvimento.

O relatório aponta que a taxa de desocupação tendeu a um aumento entre 4 e 5 pontos percentuais, elevando o número de desempregados na região para o recorde histórico de 41 milhões de pessoas. A OIT ao realizar o panorama laboral do ano de 2019 (OIT, 2019)¹⁹ identificou que houve uma alta do desemprego na da América Latina e no Caribe e que 25 milhões de pessoas buscam por empregos e não encontram. O mesmo documento identificou ainda a persistência da desigualdade de gênero, apontando que o desemprego feminino aumentou, enquanto a situação dos homens permaneceu estável. No que refere à condição dos jovens, o estudo mostrou que a situação é ainda mais preocupante, pois apresentou o maior nível já registrado na última década, apontando que um em cada cinco jovens na força de trabalho não consegue encontrar emprego.

O mesmo relatório expôs também que o acesso ao emprego remunerado não garante trabalho decente, pois quase 61% da força de trabalho do mundo realiza trabalhos informais e mal remunerados ou que oferecem pouco ou nenhum acesso à proteção social e aos direitos trabalhistas.

Em relação ao cenário brasileiro, segundo os resultados apresentados trimestralmente pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), lançamento de 31 de março de 2021²⁰, mostrou que a taxa de desocupação foi estimada em 14,2% no trimestre móvel referente aos meses de novembro de 2020 a janeiro de 2021, representando que havia aproximadamente 14,2 milhões de pessoas desocupadas

¹⁸ Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/01/1701231>. 15/08/2020

¹⁹ Em junho deste ano a OIT elaborou um novo panorama laboral dos países da América Latina e do Caribe no contexto da COVID-19, que aponta resultados ainda mais desastrosos. “A crise do novo coronavírus agrava as significativas dificuldades do mercadotrabalho, bem como as enormes desigualdades existentes nele. Isso se traduz em um ampliação das desigualdades sociais, uma vez que a renda do trabalho representa a maior participação, em média em torno de 80%, da renda familiar total” (OIT, 2020, p. 05). O relatório aponta que a taxa de desocupação pode aumentar entre 4 e 5 pontos percentuais, elevando o número de desempregados na região para o recorde histórico de 41 milhões de pessoas.

²⁰ Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3086/pnacm_2021_fev.pdf

no Brasil nesse período. Comparado ao mesmo período do ano anterior, houve uma variação de 19,8%, significando um aumento de 2359 mil pessoas desocupadas na força de trabalho.

Já a pesquisa trimestral da Pnad contínua referente aos meses de dezembro de 2020 a fevereiro de 2021, mostrou que havia aproximadamente 14,4 milhões de pessoas desocupadas no Brasil. O que se percebe é uma variação de 2,9%, que significa um aumento de mais 400 mil pessoas frente ao trimestre de setembro a novembro de 2020, ocasião em que a desocupação foi estimada em 14 milhões de pessoas.

Se comparado ao mesmo trimestre do ano anterior, quando havia 12,3 milhões de pessoas desocupadas, esta estimativa apresentou variação de 16,9%, o que representa que houve um adicional de 2,1 milhões de pessoas desocupadas na força de trabalho.

5 CONCLUSÕES

Diante dos índices apontados, pode-se dizer que o desemprego é um fenômeno que ameaça a vida, caminhando para um desastre humanitário, uma vez que diversas pessoas que possuem apenas a sua força de trabalho para sobreviver não estão encontrando espaço no mercado de trabalho.

Tais mudanças em curso no mundo do trabalho, principalmente a partir da reestruturação produtiva, com a chamada acumulação flexível, flexibilizaram não apenas o modelo de produção, mas também as relações de trabalho. Conforme afirma Antunes (1995), a classe trabalhadora se apresenta cada vez mais heterogênea, fragmentada e complexa. Para o autor, a classe-que-vive-do-trabalho compreende a totalidade dos trabalhadores que vende a sua força de trabalho: trabalhadores estáveis e precários, homens e mulheres, jovens e idosos, nacionais e imigrantes, qualificados e desqualificados, proletariado rural, proletariado industrial, fabril, de serviços, *part-time*, o infoproletariado, os trabalhadores terceirizados e até os desempregados.

Como foi explanado anteriormente, os efeitos da crise do capital a partir dos anos 1970 passaram a atingir diversos trabalhadores com o fenômeno do desemprego estrutural, com a flexibilização e precarização das condições de trabalho, dentre outros. Assim, os trabalhadores veem-se cada vez mais vulneráveis e desprotegidos.

Conclui-se que somada a essa tendência de expansão do desemprego estrutural e de precarização das condições de trabalho, os impactos da pandemia do novo coronavírus tem intensificado ainda mais essa problemática, acirrando as desigualdades de gênero e de classe social, deixando milhares de trabalhadores à mercê da extrema pobreza, ao passa que as políticas de proteção social tornam-se cada vez mais escassas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho, São Paulo: Boitempo, 1995.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Trimestre Móvel NOV. - JAN. 2021**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3086/pnacm_2021_jan.pdf

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Trimestre Móvel DEZ- FEV. 2021**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3086/pnacm_2021_fev.pdf

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheiras, Sérgio Lessa. 1ª ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

OIT, **Panorama Laboral en tiempos de la COVID-19**. Organização Internacional do Trabalho, 2020.

OIT, **Panorama Laboral 2019**. Lima: OIT / Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2019. 152 p.